

**ABDOU SANÉ**

**A POLÍTICA SOCIOLINGÜÍSTICA DO BRASIL:**

**uma visão política do falar interétnico**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC para obtenção do grau de mestre em Sociologia Política.

**Orientadora:** Profa. Dra. NEIDE ALMEIDA FIORI

**FLORIANÓPOLIS**  
**2002**



Louvado seja Allah, o Senhor do Universo, o Clemente,  
o Misericordioso. AMÉM!

Muito obrigado ao meu pai N’Fally Sané e à minha mãe  
Fatou Badji pela educação carinhosa e apoio.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela coragem e persistência.

A minha família, que mesmo à distância sempre marcou presença, incentivando, apoiando e acreditando, tornando essa caminhada mais serena.

À professora Neide Almeida Fiori, pela proposição do tema, orientação e paciência durante a dissertação.

Ao Professor Gilvan Müller, pelo incentivo e por intermediar o contato com o IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística).

A Universidade Federal de Santa Catarina / Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e ao seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) pela oportunidade de ingressar no curso.

Aos colegas e funcionários do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela convivência diária.

À Albertina e a Fátima pela imensa compreensão, amor e carinho. Muito obrigado.

Ao ESAI (Escritório de Assuntos Internacionais), na pessoa do prof. Luiz, pela facilidade na comunicação internacional e pelo tratamento carinhoso que sempre recebi durante toda a minha carreira acadêmica na UFSC.

A Ivone Georg e aos bolsistas do grupo de pesquisa científica da professora Neide, pelos esclarecimentos nos debates e resultados do trabalho através de suas experiências.

Aos professores Erni José Seibel, Caleb Faria Alves e Tamara Benakouche por compreenderem a importância da conclusão deste trabalho.

Ao CNPq e ao PPGSP pelo apoio financeiro.

E a essas pessoas especiais: Oulimata Diome, Marley Anúciação Magella, Zumira, Faizal Ramonje Carsane, Regina Carvalho, Prof. Lupi chefe do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e aos colegas estudantes africanos em Florianópolis, minha inefável gratidão.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	01
PROCESSO DA HEGEMONIZAÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL .....	07
<i>BRASIL E LUSOFONIA</i> -----	11
POLÍTICA SOCIOLINGÜÍSTICA DO ESTADO BRASILEIRO.....	18
<i>A QUESTÃO AFRO-DESCEDENTE NO BRASIL</i> -----	18
<i>PELA INSERÇÃO DO NEGRO NO BRASIL</i> -----	20
ÍNDIOS E A POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO-----	28
<i>O FALAR INDÍGENA</i> -----	28
<i>A DESTRUIÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS</i> -----	30
<i>CONTRIBUIÇÕES IDIOMÁTICAS</i> -----	37
<i>A CONQUISTA DE DIREITOS</i> -----	38
AS LÍNGUAS EUROPÉIAS NO BRASIL E A LÓGICA DA NACIONALIZAÇÃO NO PONTO DE VISTA DO ESTADO-NOVO -----	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	63
OBRAS CONSULTADAS -----	66
ANEXO -----	69

## **RESUMO**

O tema desta dissertação refere-se ao Brasil e examina os mecanismos da hegemonização da língua oficial que se fala no país, o idioma português, visto sob a perspectiva de políticas sociolingüísticas. Também são analisados os pressupostos que fundamentaram as políticas que pretendiam apagar as diversidades etnolingüísticas da terra brasileira. Para atingir este objetivo, foi necessário também um estudo concomitante de sua rica diversidade étnica. O país foi formado, até o final do século XIX, por populações de origem africana, indígena e européia; posteriormente chegariam à terra outros grupos como os japoneses. Houve também necessidade de focar, em suas linhas gerais, a política lingüística que se implanta desde a chegada dos descobridores portugueses. São enfatizadas, pela sua importância, as políticas de integração e de assimilação do governo de Getúlio Vargas (1937-1945) quando, sob a lógica da nacionalização, houve muitas tensões no país geradas pela questão idiomática, étnica e cultural. Outro ponto analisado, são as diversas posições do país, especialmente as expressas na Constituição Federal de 1988, que buscaram promover o plurilingüismo no Brasil.

## **ABSTRACT**

The theme of this dissertation refers to Brazil and examines the mechanisms of the hegemony of the official language spoken in the country, the portuguese language, seen under the perspective of sociolinguistic politics. Also analysed, are the presuppositions that establish the politics that intended to delete the ethnolinguistic diversity of the Brazilian land. To attain this objective it was also necessary a concomitant study of its rich ethnic diversity. The country was formed, till the end of the 19<sup>th</sup> century by populations with african, indigenous and european origins. Later on, other groups like japanese arrived in the land. There also was the need to focus, in its main features, on the linguistic politics that was implanted since the arrival of portuguese discoverers. So were emphasized, for their importance, the integration and assimilation politics of Getúlio Vargas' government (1937-1947) when, under the logic of nationalization, many tensions in the country were generated by linguistic, ethnic and cultural issues. Another point analyzed refers to the different positions taken by the country, especially the ones expressed in 1988's Federal Constitution, that aimed to promote plurilingualism in Brazil.

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desenvolvido nesta dissertação surgiu durante o curso de graduação em Letras, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil. O contato com a Sociologia da Linguagem deu-se, entre 1996 e 1999, através das disciplinas de Filologia e História da Língua.

As minhas indagações e reflexões sobre os diferentes aspectos e peculiaridades do planejamento de uma política sociolingüística, como questão onipresente e subjacente a várias outras questões da relação entre línguas e formas de linguagem no Brasil, entretanto, não emergiram nessa oportunidade. Afloraram mais tarde, no contato proporcionado pelo meu envolvimento profissional, junto à UFSC, na formação de professores licenciados em Língua Portuguesa, que me levou a acompanhar com maior atenção o desenvolvimento do ensino da história da língua neste país.

Compete lembrar, neste momento, que no projeto inicial propus a realização de um estudo comparativo entre Senegal e Brasil. Contudo, em virtude de uma série de problemas de ordem financeira, fiquei impossibilitado de efetuar viagens ao exterior para a pesquisa de campo e para a coleta do material empírico. Por isso, fui obrigado a delimitar o meu projeto, optando pela pesquisa no Brasil, a fim de cumprir o prazo exigido pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.

O Brasil é um país de dimensão continental, com 8.511.965 quilômetros quadrados, situado na América Latina. Em 1500, época das grandes Navegações e também das descobertas de novos continentes, as naus portuguesas chegaram a essa terra. Esta região, então desconhecida na Europa, começou o lento e conflituoso processo de sua inserção na moderna civilização ocidental, em constituição e expansão desde o Iluminismo. Esta terra, inicialmente povoada pelas populações indígenas, ao ser ocupada pelos conquistadores lusos e iniciar seu processo de colonização, passou também a receber populações africanas



trazidas na condição de escravos. O período colonial se estenderá até o ano de 1822 quando o Brasil se separa politicamente de Portugal, deixando de ser sua colônia e iniciando uma vida política independente organizada como Império. No ano de 1889, dá-se a proclamação da República brasileira e a transformação das antigas províncias do Império em estados da República Federativa do Brasil.

Atualmente, o Brasil, ou seja, o Estado Federal brasileiro, possui uma população em torno de 170 milhões de habitantes. De acordo com os resultados divulgados pelo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2000, somente 16 milhões moram no campo, número igual ao levantado em 1950. Os demais 154 milhões estão distribuídos em 5.507 núcleos urbanos, sede de municípios, menor unidade político-administrativa do país.

O Brasil desenvolve uma política descentralizada, apesar de sua estrutura federativa, dividindo-se em 24 estados federados. A política do Estado Federal coloca a favor de cada um dos estados federados a liberdade de executar políticas públicas próprias, assim como a gestão interna de questões relacionadas à educação. Este fato necessariamente tem efeitos sobre a política lingüística do país.

Na presente pesquisa, buscamos realizar um estudo da política sociolingüística do Estado Federal brasileiro. A interpretação da política do Estado nacional brasileiro será realizada a partir do ponto de vista histórico-social, contando com as contribuições da Sociologia, abordando questões como inserção do negro na sociedade brasileira, política de dominação lingüística etc., e pela análise do uso do idioma português como uma língua falada, ou seja, como uma práxis social. Desse universo de pesquisa surgiram algumas perguntas norteadoras:

- Como se deu o processo de hegemonização da língua nacional?

- Como o Estado, inicialmente português e depois brasileiro, conviveu com as diversas heranças lingüísticas de sua realidade: as africanas, as indígenas e as que tiveram origem nos idiomas considerados cultos, com raízes na imigração estrangeira?

O estudo da hegemonização da língua nacional será feito, com algumas situações de análise comparativa, através do perfil histórico da política sociolingüística. Como afirma Orlandi, “o homem não deixa de articular a história dos acontecimentos com a história da ciência que coloca esses acontecimentos como objeto de explicação” (1988:8).

Consideramos adequado entender as políticas sociolingüísticas em seu sentido amplo, como processos históricos de troca lingüística nos quais intervêm tanto instituições quanto outras instâncias e forças de relevância social. Neste conceito amplo incluímos a importante esfera da intervenção política deliberada pelo Estado, objeto clássico do planejamento lingüístico.

As análises envolverão as trocas sociolingüísticas em si, em diversas denominações que podem tomar: estado de contato e de conflitos lingüísticos; processos de mudança; resistências e apropriações; controvérsias em torno da definição de alfabetos, da defesa das línguas nacionais contra o surgimento das línguas subordinadas ou as denominadas línguas nacionais etc.

Existem atualmente cerca de 7000 línguas diferentes no mundo distribuídas em menos de 200 países, o que nos dá uma média de mais de trinta línguas por país, considerando-se o assunto sob uma perspectiva quantitativo-estatística. Num clima de concorrência freqüente entre línguas e formas de comunicação, tudo aponta para o plurilingüismo, conceito complexo, que, como mostra o lingüista francês Calvet (2001), é também, intrinsecamente, um fenômeno de "estratificação", até mesmo de "exclusão" ou de “inclusão”, do qual muito se valeram os Estados nacionais. A verdade é que podem ser encontradas, por toda parte, línguas não reconhecidas, subalternas ou até mesmo proibidas

e locutores rejeitados, ou pelo menos cuja língua não lhes permite participar da vida nacional dos países onde vivem, o que por certo cria problemas ao aflorarem as diferentes identidades, colocando em questão o princípio da democracia.

Numa situação bastante freqüente, os migrantes do interior, de zonas rurais, e do exterior, de outros países, chegam na cidade com suas línguas e constituem assim um meio urbano fortemente plurilíngüe. Com efeito, dizer que um país é plurilingüístico não significa que em cada um dos pontos do seu território encontram-se várias línguas em presença ou indivíduos plurilíngües. Um país plurilíngüe pode ser constituído pela soma de monolingüismos diferentes e somente em certos lugares particulares, em certos pontos de convergência, que esses monolingüismos se encontram e produzem o plurilingüismo (Calvet, 2001:1-2).

O plurilingüismo, por sua vez, é um fator de conflito entre as línguas, levando-se em conta que a noção de "guerra de línguas", anunciada por Ferguson (1959) é uma metáfora, pois as línguas não fazem guerra, quem a faz são os falantes. No entanto, não há como negar a força da metáfora, que tem reaparecido em livros recentes, como no subtítulo da obra organizada por Carlos Alberto de Faraco *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*.<sup>1</sup>

O plurilingüismo é também um fator de "dominação". Certas línguas ocupam uma função "alta" e outras estão nas funções "subalternas", como tem apontado o modelo "diglótico"<sup>2</sup> de Ferguson (1959). Por outro lado, o plurilingüismo é também um fator de comunhão, de convivência e de abertura ao próximo pela diversidade que apresenta, pela coexistência que impõe, pelos intercâmbios que permite.

---

<sup>1</sup> FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

<sup>2</sup> Diglossia, implica uma escolha consciente entre diferentes tipos de línguas (dialetos e estilos). Independentemente da situação, seu uso constitui uma contribuição importante à sociologia de uma população.

Sabe-se que as intervenções essenciais das políticas sociolingüísticas não se manifestam necessariamente na superfície lingüística, mas se veiculam, sobretudo e com maior eficiência, no nível das estruturas discursivas e das lógicas culturais subjacentes. A política dos direitos lingüísticos é, basicamente, uma política cultural. Neste contexto, essas políticas culturais, como um procedimento social mais amplo, devem respeitar os direitos lingüísticos, como também as lutas em sua defesa. A questão dos “direitos lingüísticos” tem uma dimensão internacional que envolve encontros como o de Barcelona e acordos como o assinado pelos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e, ao mesmo tempo, relaciona-se intimamente com a realidade nacional/regional, assentando-se em pressupostos culturais específicos, como será visto neste estudo, que investiga a realidade brasileira.

As reivindicações lingüísticas aparecem regularmente no campo social, nas mais variadas situações, como o processo em torno da estruturação social das línguas, nas lutas pela afirmação da identidade nacional, nas quais o valor lingüístico desempenha um importante papel, no reconhecimento das línguas de minorias étnicas e de minorias nacionais diante do Estado, freqüentemente visando influir na atuação das escolas.

Em todas essas situações, é necessário enfrentar a naturalização do princípio da unicidade da língua que mascara a sua característica de socialmente construída e de integrante da cultura. Por ser a língua expressão fundante da condição humana e identitária, emitindo sinais e sons de pertença, os processos de uniformização e padronização de falares anulam ou inibem culturas, *performances*, experiências sociais. Insidindo nas tradições, percepções de mundo, gestos corporais, inviabilizam identidades, reprimem valores, costumes, modos de viver e de estabelecerem relações entre grupos e seu meio. Neste sentido negam e renegam a própria natureza humana.

Na compreensão desses processos, historicamente perceptíveis nas dobras dos domínios coloniais, apreendem-se possibilidades de desencadear reflexões críticas sobre planejamentos estatais de políticas sociolingüísticas. Nos problemas encontrados nos encontros/confrontos vivenciados no Brasil em torno de projetos políticos pela padronização da norma culta, em que percebemos possibilidades de aprofundar evidências e discussões relativas à marginalização de falares e falantes interétnicos e multiculturais, permitindo participar criticamente em discussões e formulações de políticas educacionais e lingüísticas em constituição no Brasil.

## O PROCESSO DA HEGEMONIZAÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL

O Brasil passou por um forte processo de colonização e teve uma longa história e tradição de proibições lingüísticas. Ou seja, o monolingüismo no Brasil é fruto de um processo histórico.

Em 1494, o Papa Alexandre VI Borgia (1431-1503) manifestara o desejo de que espanhóis e portugueses assinassem o tratado de Tordesilhas, que delimitava as fronteiras territoriais entre Espanha e Portugal estabelecendo que tudo o que se descobrisse no oeste do Meridiano pertenceria à Espanha e a leste, a Portugal; Brasil e África seriam de Portugal, como mostram os mapas dos dois continentes em anexo (sul americano, no caso do Brasil, e africano).

Neste contexto, no continente sul americano, somente o Brasil foi confirmado como pertencente aos portugueses que, por sua vez, também podiam colonizar livremente a África, onde as Ilhas de Cabo Verde serviram de ponto de estratégia para conquistar outras colônias, como Angola, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O tratado de Tordesillas gerou protestos, mas mesmo assim teve uma longa duração, servindo aos desejos coloniais. As outras potências coloniais européias não foram capazes de se opor ao tratado, até o final do século XVI.

Na realidade, a Igreja Católica tinha contribuído para a atuação destas potências peninsulares, Portugal e Espanha, em zonas de colonização e em zonas de evangelização. No entanto, essas ações conjuntas de evangelizar e colonizar não se concretizaram da forma proposta, pois o desejo de dominação e de exploração comercial falava mais alto.

A cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1808, foi a capital do Brasil colônia. Em termos políticos e históricos, foi muito importante o papel desempenhado por essa cidade, no sentido de reforçar o uso do idioma português. Recorde-se que no ano de 1808, Dom

João VI e sua corte, integrada por mais de 20.000 pessoas, chegaram a essa cidade, fugindo de Lisboa invadida pelas tropas de Napoleão. O governo português impunha o monolingüismo da língua padrão em todo o sistema de ensino e na administração, interditando sistematicamente o uso de outras línguas. Com a presença da corte portuguesa no Brasil, esse controle ficou mais forte. Conseqüentemente, em todo o processo colonial, as políticas de implementação do idioma em território de dominação colonial não se efetuaram por procedimentos democráticos, mas se impuseram como um ato de força, de rejeição e marginalização de outros falares.

As preocupações com o monolingüismo que se apresentariam futuramente, no Brasil da década de 1940, estavam pois, muito presentes já desde o início da colonização. Nestes dois momentos históricos, a elite do país procurava manter a unidade lingüística e cultural, favorecendo a imigração portuguesa no aspecto pertinente aos valores culturais, como os religiosos, mas principalmente os lingüísticos, pois esses imigrantes falavam o português.

O Brasil buscava então a sua integração social. De acordo com Fiori, a relação entre homogeneidade lingüística e unidade sociopolítica varia no tempo e no espaço. Pois,

a evolução histórica dos povos revela que o idioma comum constitui-se em freqüente colaborador na integração social. Entretanto, a homogeneidade de idioma das colônias hispano-americanas não impediu a sua fragmentação política em diversos países. Mas, no Brasil, de há muito fazendo parte da tradição, o idioma comum era entendido como símbolo e um instrumento de integração social, pela facilidade de contato cultural que propiciava. (Fiori, 1991:112).

Em termos sociológicos, entende-se a integração dos imigrantes como uma socialização adicional das pessoas que se transladam e se estabelecem no território de uma comunidade lingüística diferente da sua. Também é preciso que partilhem com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos necessários para permitir um funcionamento social global sem maiores tensões com os membros da comunidade receptora.

No Brasil, a hegemonia da língua portuguesa se revelou, e se revela, a partir de múltiplas manifestações de ordem política bastante complexas que se mantêm através do tempo: do poder colonial, do poder imperial e, também, do poder republicano. Em todos esses processos históricos estava muito presente o desejo de prestigiar o idioma português. Labov em entrevista com Bourdieu, afirma que o prestígio de uma língua se dá através de "inovadores que são membros das classes médias possuindo uma trajetória social ascendente e, que são os mais estimados pelo grupo local". Mas, como mostraram alguns resultados de suas pesquisas: "longe de estarem conscientes de suas inovações lingüísticas, paradoxalmente, os membros das classes médias as rejeitam quando lhes é pedido a apreciação dos resultados"<sup>3</sup> (Bourdieu, 1983:69).

Labov aponta também o papel particular das mulheres no processo da evolução lingüística: "nas condições formais, as mulheres são mais sensíveis e mais abertas à influência da norma de prestígio lingüístico" (Bourdieu, 1983:69). Isso se explicaria pela inscrição das mulheres como membros das classes médias, em uma trajetória ascendente, favorável "a adoção da nova forma do prestígio lingüístico". (Bourdieu, 1983:69).

Nas situações de dominação lingüística podem ocorrer desvios de comportamento nos grupos de imigrantes estrangeiros, que Lucelene Franceschini (1996) e autores como McClosky e Schaar (1965) chamam de "anomia linguística", termo emprestado do modelo Durkeimiano.<sup>4</sup> Este conceito caracteriza um estado psicológico complexo que se manifesta por sentimentos de alienação e de isolamento em relação à sociedade ao redor, de desorientação, de ausência de normas e de valores.

Este estado de "anomia", às vezes, está associado, a sentimentos de ansiedade, de inflexibilidade cognitivo-afetiva e de perda de identidade originária. Fatores de ordem

---

<sup>3</sup> Tradução minha.

<sup>4</sup> Refirindo-se à desordem social.



sociológica como o *status* socioeconômico, a educação, o tipo de emprego etc., também provocam a "anomia lingüística".

As causas geradoras da "anomia lingüística" podem ser de ordem sociológica ou de ordem psicológica e seus efeitos muitas vezes se combinam entre si. Algumas dessas combinações intensificam a condição anômica enquanto outras a diminuem.

Segundo Franceschini (1996), Child (1943) foi um dos primeiros a analisar o problema da "anomia lingüística"; em sua obra *Italiano ou americano?* orientou seus estudos para a identidade cultural de imigrantes italianos da segunda geração em New Haven, Nova Inglaterra, na véspera da Segunda Guerra Mundial.

Franceschini salienta que:

os adolescentes italianos da segunda geração estavam diante de um dilema: alinhar-se na cultura de suas comunidades italianas, ou assimilar-se à cultura americana. Aqueles que não conseguiram resolver esse dilema manifestavam sintomas da anomia. Child usa a expressão "reação apática" para caracterizar uma recusa de se definir em termos de etnicidade: em alguns momentos para evitar as situações em que a questão da pertença étnica é levantada, em outros, para negar a existência de diferenças entre italianos e americanos. (Child *apud* Franceschini, 1996:23)

A questão da possibilidade de uma dupla pertença cultural que resulte numa solução harmoniosa do conflito identitário é complexa, mesmo considerando que alguns dos casos discutidos por Child sugerem esta possibilidade.

No campo da diversidade lingüística, sempre surge uma língua nacional, também chamada de segunda língua, que atua de forma paralela à oficial. Denominada "língua de segredo", é a mais usada no falar cotidiano, como é possível observar, por exemplo, nos grupos pomeranos na região sul do Brasil e também em outros países, tais como o guarani no Paraguai, o uolof no Senegal, o leko na Bolívia, o crioulo na Guiné Bissau e em Cabo Verde etc.

Na África, tomando como exemplo o caso do Senegal, a diversidade lingüística é mantida pela endogamia entre parentes de língua não dominante, de parentes da mesma

língua não-uolof, pois nestas condições os parentes transmitem muitas vezes suas línguas maternas, como o uolof e o francês, aos seus filhos.

A presença de uma língua “neutra” ou oficial, no caso do Senegal a francesa, vem se juntando às línguas nacionais ou de grupos étnicos específicos, mas não para substituí-las. Isso constitui uma interessante condição de diversidade, na qual a língua da colonização torna-se, no decorrer da história, uma língua de partilha.

Bhabha um dos autores que analisou o discurso colonial, em seu artigo *A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso colonial*<sup>5</sup>, mostra-nos que:

o discurso colonial se encontra sempre pelo menos duplamente inscrito e é nesse processo de *différence*, ao negar a “originalidade”, que o problema do sujeito colonial deve ser pensado. Ao se dirigir à questão do etnocentrismo em termos de Derrida, pode-se explorar o exercício do poder colonial em relação à hierarquia violenta estabelecida entre as culturas escrita e oral. Pode-se examinar, no contexto da sociedade colonial, aquelas estratégias de normalização que desempenham uma diferença entre uma linguagem normativa "oficial" da administração e instrução coloniais e uma forma não-marcada, marginalizada - "pidgin", crioula, vernacular - que se torna o lugar da dependência e resistência culturais do sujeito nativo e, como tal, um signo de vigilância e controle (1992:181).

Em termos sociológicos, a relação que se estabelece entre uma língua nacional e uma língua oficial é de interpenetração cultural.

## *BRASIL E LUSOFONIA*

Traços culturais semelhantes, especialmente lingüísticos, levaram à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).<sup>6</sup> Em termos históricos, a CPLP teve dois passados, ambos de considerável importância, dos quais faremos uma análise com tratamentos diferenciados. O ano de 1985 emergiu como ponto de divisão temporal que

---

<sup>5</sup> “The Other question: difference, discrimination and the discourse of colonialism” foi publicado em *Literature, politics and theory*, Methuen, 1986. Homi Bhabha é professor de teoria literária na Universidade de Sussex. É autor de vários artigos e editor do livro *Nation and narration*.

<sup>6</sup> CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa formada por Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde (África); Brasil (América do Sul) e Portugal (Europa).

marcou o início da preocupação dos países lusófonos em aprofundar com mais eficácia um projeto comunitário. Em 17 de maio de 1985, Jaime Gama em seu discurso frente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Itamaraty para o Brasil) propôs pela primeira vez, a propósito da Convenção da ONU sobre a questão do Direito do Mar, que os sete países (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil e Portugal) assinassem um texto diplomático único na língua portuguesa. Esta proposta foi o primeiro passo, considerado como manifestação e pré-aviso da criação da CPLP na cidade da Praia em Cabo Verde.

Até 1985 muitos projetos foram idealizados, uns mais esperados que outros, e houve mesmo quem semeasse, numa época conturbada de colonização portuguesa e guerras pela independência, idéias de uma comunidade lingüística e cultural com objetivos gerais semelhantes aos da CPLP. O contexto evidentemente seria diferente, mas a descolonização tornou este projeto inviável. Após uma série de crises em virtude desses fatos, as diplomacias voltaram a trabalhar com cautela redobrada. Os esforços conjugados e redobrados em sete se teceram, sem pressas e sem precipitações, durante quase dois anos. O projeto foi amadurecendo até que, nos dias 17 e 18 de Abril de 1996, os Ministros dos Negócios Estrangeiros reunidos em Maputo, capital de Moçambique, após terem desdobrado reuniões, concordaram em reunir condições para marcar uma nova cimeira. Em 17 de Julho de 1996, a data escolhida, nasceu a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, mundialmente conhecida pela sua sigla CPLP.

Essa criação não objetivou somente as trocas econômicas e/ou a defesa da língua portuguesa, mas também buscou redefinir uma nova política em relação às línguas de minorias étnicas.

Portugal, antiga potência colonial, se vê obrigado a abrir um novo diálogo junto às suas ex-colônias para a consideração da diversidade lingüística que apresentam os cinco

países africanos de colonização portuguesa que integram a CPLP; diálogo complexo com países africano que apresentam vários grupos étnicos com diversas variedades lingüísticas.

Essa política de revalorização da diversidade lingüística favorece o reforçamento de uma identidade transnacional e transgeográfica, beneficiando a CPLP. Segundo Cardoso (2001), o professor Fernando Santos Neves, reitor da UHTL (Universidade de Humanidades e Tecnologias de Lisboa) analisou como deveria ser a CPLP. Elaborou várias teses ou idéias importantes que serviriam de base de interpretação do conceito de lusofonia.

De acordo com Neves, citado por Cardoso, a lusofonia deve deixar de ser vista como um projeto de sonhadores e tornar-se cada vez mais "um espaço lusófono" realista, pragmático. Trata-se de criar condições para um diálogo mais humano, objetivando desenvolvê-lo numa lógica de "Globalização societal à escala planetária". Em sua análise da razão lusófona, para que isso seja possível, Neves aponta que a lusofonia precisa ultrapassar o fanatismo "provincialista", as clássicas "ideologias serôdias e anacrônicas do fardo do homem branco", do "luso-tropicalismo" do "bom colonialismo Português", do "não-racismo brasileiro", do "Portugal Minho a Timor", da "Língua portuguesa nossa pátria" etc. Segundo este mesmo autor, existem momentos históricos complexos entre a potência colonial e o Brasil na condição de colônia.

A lusofonia deverá ultrapassar esta barreira histórica, para que Portugal e o Brasil venham a assumir o papel do comando para a integração mais humana e realista de todos os países que partilham a mesma cultura lingüística. A grandeza da lusofonia depende, em grande escala, de seu êxito. Como mostra Cardoso, Neves tem defendido que a "lusofonia ou será luso-brasileira e até sobretudo brasileira ou não passará de mais uma promessa frustrada" (Neves<sup>7</sup> *Apud* Cardoso, 2001:90).

---

<sup>7</sup> Neves *Apud* Cardoso, Albérico. Para uma crítica da razão lusófona. Revista África Hoje, Porto, ano XVII, Nº-150, P. 90, 2001

O Brasil poderá desempenhar uma função importantíssima não apenas por possuir o número maior de falantes da língua portuguesa, mas também pelo seu potencial econômico. Na geopolítica multipolar que se desenha e se deseja, a lusofonia constitui uma chance para o Brasil se tornar "o motor no concerto das potências hegemônicas do século XXI". De acordo com Neves, o Brasil é fundamental para a existência de uma verdadeira lusofonia, pois, como diz Medeiros, Gilberto Freyre em *Casa grande & senzala*, sustenta a idéia de que a colonização portuguesa no Brasil contou com características verdadeiramente 'especiais', de tal forma que a estas deveu-se "a criação nos trópicos de uma sociedade *sui generis*: foi o fenômeno do luso-tropicalismo." (1984:30)

A lusofonia criou uma ampla política de aproximação de relações culturais e econômicas entre o Brasil e a África, principalmente entre países lusófonos. Muitos países africanos de língua portuguesa vêem o Brasil como um grande parceiro econômico confiável que poderá participar plenamente no auxílio ao seu desenvolvimento econômico e social, mesmo que o Brasil ainda tenha seus próprios problemas internos.

Prova disso, o Brasil está muito envolvido, de forma diplomática e realista, na resolução da guerra em Angola. O envio de suas tropas e médicos para a terra africana, arrasada pela guerra civil, é testemunho do interesse que este país tem pela África, não apenas de ordem econômica, mas também social e cultural. Além disso, o Brasil recebe também, em cada ano letivo, um grande fluxo de estudantes africanos, a maioria de proveniência de países de expressão portuguesa.

Isso testemunha que o país desempenha um papel central para o bem-estar e/ou funcionamento harmonioso da lusofonia que servirá de modelo de integração tanto no âmbito cultural quanto nas economias de troca.

Em Portugal, por sua vez, criou-se, no mês de janeiro de 2001, um projeto chamado *Iniciativa da Associação Regresso das Caravelas*. A iniciativa visa o ensino de línguas

afro-orientais na Faculdade de Letras e na Biblioteca Camões. São cursos de iniciação às línguas nacionais africanas, timorenses e goesa.

Em Portugal se promoveu sendo como projeto, somente o ensino do lingala, do Zair; do kibundo, do umbundo, do fiote e do kikongo de Angola; do makua, do ronga, do makonde e nyungwe de Moçambique; e do crioulo do Cabo-verde e da Guiné Bissau. Da Índia, é ensinado somente o hindi, e do Timor, a língua tetum. O principal objetivo é superar a grande dificuldade existente em Portugal para a aprendizagem, estudo e reflexão crítica e científica acerca das línguas e culturas das comunidades residentes em terras portuguesas.

Para os fundadores do projeto acima citado, a maioria estudantes africanos de origem lusófona, a idéia também é oferecer, juntamente com as línguas ensinadas, uma visão generalizada dos países de língua oficial portuguesa. O fato contribuirá para uma integração mais efetiva dos diferentes grupos estrangeiros que vivem em Portugal.

Este projeto objetivou não somente a promoção do conhecimento dessas línguas de origem africana e oriental, mas também constituiu uma maneira de examinar os problemas de ordem sociolingüística existentes em certos países membros, cuja maioria está na África e onde existem diversidades etnolingüísticas. A lógica da lusofonia deverá levar em conta esses fatores que devem ser objeto de maior atenção nos debates transnacionais.

<b>Cronologia da criação da CPLP: de 1956 a 1996<sup>8</sup></b>		
Data	Local	Assunto
1956	Brasil/Portugal	Agostinho da Silva defende a tomada de medidas por parte de Portugal ou do Brasil para se formar uma comunidade com base lingüística comum.
1964/1965	Lisboa / Moçambique	Criação da União das Comunidades de Cultura Portuguesa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pelas mãos de Adriano Moreira na Sociedade de Geografia de Lisboa.
1965	Brasil	Discussão de uma comunidade semelhante à atual CPLP; rejeitada devido à ditadura do governo português sob Salazar.
1974 (período do pós-25 Abril)	Lisboa	Pensada a criação de uma comunidade Luso-Afro-Brasileira. Abandonada devido a um vincado cunho neocolonialista.
1984	Praia (Cabo Verde)	Discurso de Jaime Gama propondo a formação de uma CPLP.
1985 (17/05)	ONU	Convenção da ONU sobre o Direito do Mar onde os Sete (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil e Portugal) assinaram um texto diplomático único em língua portuguesa.
1986	Praia (Cabo Verde)	Criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).
1989 (1 e 2/11)	São Luiz do Maranhão (Brasil)	Criação do IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa); I Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa.
1992	Lisboa	Criação do Instituto Camões.
1993 (Março)	Brasília	Proposta político-diplomática do governo brasileiro (Itamar Franco/Aparecido de Oliveira) para a criação da CPLP.
1993 (Outubro)	Nova Iorque	Reunião entre o Primeiro-Ministro Celso Amorim (Brasil) e os Primeiros-Ministros dos seis outros países de língua portuguesa (avaliação positiva para a criação da CPLP).
1994 (9 e 10/02)	Brasília	I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos Sete; Criação do Grupo de Trabalho de Consulta Permanente: preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e dos Atos Constitutivos da CPLP; acordada a data da próxima Cimeira: 28.06.94.
1994 (27/05)	Lisboa	Reunião dos Vice-Primeiros-Ministros dos Sete (avaliação do Grupo de Consulta Permanente e aprovação de projetos: declaração de criação e estatutos provisórios da CPLP).
1994 (20/06)	Brasil	O Presidente Itamar Franco anuncia que não estará presente na Cimeira de 28 de Junho.
1994 (Junho)	Lisboa	É anunciada a nova data da próxima cimeira: 29.11.1994.
1994 (Novembro)	Lisboa	O Presidente Eduardo dos Santos anuncia que não estará na Cimeira de 29 de Novembro.
1995 (19/07)	Lisboa	Comunicado conjunto dos Primeiros-Ministros dos Sete, designando o comité de Embaixadores (ex-Grupo de Consulta Permanente).
1996 (17/04)	Maputo (Moçambique)	Reunião dos Ministros de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros.

<b>Cronologia da criação da CPLP: de 1956 a 1996<sup>8</sup></b>		
<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Assunto</b>
1996 (25/06)	Lisboa	Primeiro Encontro Interparlamentar, com a ausência do Brasil. Fica acordada a realização anual desses encontros.
1996 (16/07)	Lisboa	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Sete para preparar os trabalhos da Cimeira.
1996	Lisboa	Cimeira dos Chefes de Estados e de governo dos Sete; Formação da CPLP e eleição do Secretário-Executivo; Reunião dos Titulares das Pastas de Cooperação.

<sup>8</sup> Informações da tabela transcrita de Clóvis Brigadão, 2000:10, Comunidade de países Independentes: *caminhos de integração fraterna*. Política Internacional, Vol. 1, n° 13.



## **POLÍTICA SOCIOLINGÜÍSTICA DO ESTADO BRASILEIRO**

### *A QUESTÃO AFRO-DESCEDENTE NO BRASIL*

No Brasil, a população afro-descendente é de 62 milhões de habitantes (dados do recenseamento por domicílio de 1996); esta é a maior população negra fora do continente africano, somente a Nigéria, país mais populoso da África negra, a ultrapassa.

No entanto, entre os 62 milhões de afro-descendentes, nenhum deles conserva a sua identidade lingüística original, isto é, fala uma língua de origem, mas o idioma português, do senhor escravocrata.

A presença de grande população de negros e seus descendentes no território brasileiro tem efeitos consideráveis que servem para análises não somente históricas, mas também nos estimulam a identificar os mecanismos que levaram ao abandono de suas formas etnolingüísticas africanas. Nesse processo, podemos destacar dois momentos históricos importantes: na era escravocrata o sistema de administração do tráfico transatlântico, e na era pós-escrava a falta de um planejamento de apoio à vida dos ex-escravos, inserção de trabalho, espaço social etc, que definiu a sorte dos negros; havia carência de uma política para a inserção do negro na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a exclusão da herança lingüística africana no Brasil se iniciou a partir da prática do tráfico negreiro. O processo da escravatura foi planejado de forma a impedir a comunicação entre grupos que falavam os mesmos dialetos de origem. Os indivíduos que pertenciam ao mesmo grupo étnico eram separados. Evitava-se que a comunicação lingüística ocorresse apenas entre eles, e favorecesse uma identificação como grupo, buscando evitar desse modo a conseqüente possibilidade de organização de revoltas, que poderiam acarretar transtornos à ordem social em geral. Além disso, o processo facilitava o apagamento de todos os valores culturais africanos e a incorporação

de valores dos senhores escravocratas. A separação dos diferentes seres humanos que antes conviviam de uma forma natural na realidade africana, mudou-lhes completamente o viver. Pertenciam às mais variadas etnias e seus comportamentos foram transformados na vida brasileira, onde eram percebidos como um grupo homogêneo; criaram-se também mudanças lingüísticas.

Em segundo lugar, no Brasil, o abandono do valor etnolingüístico africano pelo negro se deu por meio de contatos com as sociedades receptoras. Inicialmente, no âmbito da senzala; posteriormente, após a libertação, nas vivências das cidades, onde passaram a fazer parte de uma camada social desprestigiada, sem recursos econômicos e em contínuo estado de luta pela sobrevivência. Tratava-se de uma situação social subalterna que, de qualquer forma, gerava contatos lingüísticos. Houve a omissão do governo brasileiro diante da situação, no entanto muitas doutrinas ideológicas buscavam soluções para a integração do negro na sociedade brasileira.

A população ex-escrava vivia no Brasil em situações de forte pressão social. Do ponto de vista teórico, Labov (1972) estudou a questão e apontou que: as pressões sociais se exercem constantemente sobre a língua não a partir de algum ponto do passado, mas sob a forma de uma força social imanente e presentemente ativa. O autor se interessou muito pelo estudo da mudança lingüística não se restringindo apenas a contextos de pressão social. A observação da evolução em diferentes comunidades lhe permitiu desenvolver uma concepção mais global da mudança lingüística, no seio da qual a ação de grupos sociais particulares é posta em evidência.

A língua desempenha, para cada indivíduo, uma função capital no processo de definição de si mesmo, principalmente, nos grupos minoritários. As elites majoritárias podem se opor aos movimentos de grupos minoritários impondo uma política de assimilação. Essas elites usualmente fazem com que a língua socialmente dominante seja a

única língua considerada legítima ou nacional, mantendo as outras línguas numa posição inferior, ilegítima ou impedindo-as de adquirir um *status* nacional ou oficial. A língua nacional ou da União torna-se símbolo de poder e de ascensão ou de exclusão social.

A manutenção ou o abandono da língua do grupo dominado depende dos interesses do grupo dominante. Em alguns casos, permite-se que a língua dominada seja preservada, com o objetivo de manter a discriminação do grupo; ou seja, para impedir que os diversos grupos dominados possam se comunicar entre si. Em outras situações, como, por exemplo, nas sociedades industrializadas, as dicotomias lingüísticas entre maioria e minoria são mantidas para perpetuar as divisões étnicas do trabalho que se confundem com as divisões sociais.

#### *PELA INSERÇÃO DO NEGRO NO BRASIL*

A proclamação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, declarou extinta a escravidão no Brasil, estimulando uma série de reflexões sobre o destino futuro das populações negras. Algumas teorias foram a partir daí elaboradas sobre as formas de integração do negro na sociedade brasileira, como a teoria do “branqueamento” e, mais tarde, a teoria da “democracia racial”. Deste modo, essas teorias estiveram presentes nos debates políticos das elites responsáveis pelo destino social dos negros e, também, na formulação intelectual da representação do Brasil como nação.

Compete, porém, distingui-las e situá-las no tempo em que surgiram para compreendermos a sua dinâmica e a sua lógica a partir do ponto de vista sociológico. A teoria do “branqueamento” foi aceita pela elite brasileira entre 1889 e 1914, um período expressivo que iniciou logo após a proclamação da Lei Áurea e terminou no princípio da Primeira Grande Guerra. Tratava-se de uma “teoria” peculiarmente brasileira, poucas vezes

apresentada como verdadeira “formula científica”, jamais adotada na Europa ou nos Estados Unidos.

O racismo científico da época, como é deveras conhecido, ocupava-se em dar um tom de ciência a afirmativas que se posicionavam pela desigualdade das raças. Nesse contexto, o homem branco “puro”, ou seja, que não apresentasse mesclas de sangue, era reconhecido como o tipo racial mais perfeito, o modelo mais eugênico. Esse era o caso de toda a raça branca diante da qual as outras, por serem destituídas dessa pureza racial, deveriam aceitar a liderança. Não havia outra saída, por serem as raças não-brancas caracterizadas por uma inferioridade física, psicológica e moral. Nesse pano de fundo, muito precária ficava a situação brasileira, com grandes contingentes populacionais de raças não-brancas, de origem índia e africana.

Nesse sentido, no Brasil, foi importante o quinto recenseamento geral do país, quando houve uma preocupação maior no levantamento de informações de caráter demográfico. A coleta de informações foi efetuada através do "boletim de família" e do "boletim individual" sendo que a questão da cor foi usada como um critério "biológico e étnico"; enfatizaram-se também a descendência e a língua. O objetivo daquele recenseamento era também saber a quantidade de estrangeiros que viviam no país.

O levantamento da cor da população esteve presente no recenseamento geral da população brasileira realizado em 1872 e em 1890. Esse critério não esteve presente nos censos de 1900 e 1920, retornando nos censos de 1940 e de 1960. Foi novamente excluído em 1970 voltando constar no recente censo de 2000. Ora a “presença”, ora a “ausência” dessas informações nos censos brasileiros revelam modificações de interesses e de posturas por parte do governo brasileiro, responsável pelos censos populacionais.

A “teoria do branqueamento” não teve *status* de ciência, como vimos. Mas teve expressiva importância social no sentido de ter, na sociedade brasileira, estimulado o

debate sobre a questão, entendendo que a miscigenação tornaria a sociedade mais “branca”. Questões dessa ordem foram decisivas para a implementação de políticas sociais de branqueamento populacional, valorizando muito a imigração de europeus.

Na sociedade da época entendia-se que, como afirma Elide Rugai Bastos, “o branqueamento é a meta para a qual o conjunto do sistema social brasileiro deve tender, orientado por uma sábia política de imigração, buscando tipos que se adaptem ao clima e meio geográfico brasileiro. O produto resultante do caldeamento dessas raças superiores com alguns tipos africanos que foram trazidos para o Brasil pode gerar mestiços eugênicos ou superiores”. Esse caldeamento racial era visto como altamente positivo por Oliveira Vianna, o principal líder dessa corrente de pensamento. O autor afirmava:

em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e na civilização do país. (Vianna<sup>9</sup> *apud* Bastos, 1986:113)

Na “teoria do branqueamento”, se percebe a crença na superioridade de raça branca, mas também a valorização da miscigenação. Como afirma Skidmore, um dos autores mais respeitados e que trabalhou muito esta questão em seu livro *Preto no branco*:

a tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro - a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas”. (1976:81)

Como indicam as análises de Skidmore, os dados quantitativos referentes à população são importantes elementos de reflexão social; contudo, a composição populacional brasileira não revelou que “a população negra diminua progressivamente”.

---

<sup>9</sup> VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p.153.

Entre as teorias que se ocuparam com a questão da inserção do negro na sociedade brasileira, muito importante foi a que se apoiou no pensamento de Gilberto Freyre. O autor foi pioneiro na formulação teórica dirigida à integração racial denominada “democracia racial”. A “teoria de democracia racial” está exposta em suas obras *Sobrados & mucambos* (1936), *Ordem & progresso* (1959) e no clássico *Casa-grande & senzala* (1933), no qual defendeu a mestiçagem no Brasil como uma interpenetração biológica de três grupos humanos: portugueses, africanos e índios.

Como afirma Bastos, autora muito citada e que vem estudando o pensamento de G. Freyre desde a sua tese de doutorado *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*:

a obra de Freyre compreende uma nova formulação da constituição da sociedade brasileira. Essa interpretação, em boa medida está resumida no título de três de seus principais trabalhos. Sem esquecer que as oposições compreendidas nessas obras sempre implicam um terceiro elemento, que é o segredo do modo pelo qual se resolvem os antagonismos. A oposição *Casa-Grande & Senzala* encontra seu *tertius* na moral católica, que suaviza as relações sociais abrindo caminho à mestiçagem como pré-condição da democracia racial. (1986: 326)

Da obra de Gilberto Freyre derivou o conceito de “brasilidade” que historicamente foi apropriado por diversas correntes de pensamento. O assunto diz respeito a uma representação do país integrado por três grupos étnicos: portugueses, africanos e índios. Na verdade, trata-se de um conceito excludente, na medida em que não contempla outros grupos sociais que igualmente integram a sociedade brasileira, como os imigrantes estrangeiros e seus descendentes.

Discutia-se a possibilidade de se construir uma nação progressista nos trópicos, uma vez que a população brasileira, em sua maioria, era constituída de negros e mestiça. A discussão sobre a raça, naquele momento, transformou-se em debate dos mais importantes porque seria um componente fundamental na definição simbólica do povo brasileiro.

Em tempos recentes, Costa (2001), visando apresentar uma versão diferente do pensamento freyriano, fala de uma brasilidade que seria uma ‘unidade da diversidade’

capaz de integrar todos os grupos originários, mas sem deixar esquecido qualquer contribuição relevante para a formação do caráter nacional. Este autor usa o termo “brasileiridade”. É um sinal dos novos tempos.

No final do século XX manifestou-se um imenso interesse pela questão racial no Brasil, o que reativou o debate. Esse debate racial se articulou com o conceito de “democracia racial”, componente emblemático da ideologia da miscigenação.

Nesses debates, Nina Rodrigues, foi o primeiro brasileiro a condenar, com toda energia, o cruzamento entre grupos de cor distintos, do qual emanaria conseqüentemente a degradação da “raça brasileira”. No ano de 1940, assumiu posição semelhante o alemão Heinrich Krieger que, referindo-se à Frente Negra Brasileira, louvou-a porque manifestava “orgulho racial de ser um grupo puro, em distinção ao festejamento das misturas raciais já então dominantes” (Costa, 2001:143-158).

No Brasil, no ano de 1930, eclodiu um movimento revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Logo mudanças de curta duração ocorrem. Após uma fase democrática expressa na constituição brasileira de 1934, o governo Vargas volta a exercer um poder autoritário que abrange o período 1937-1945 e que passou a ser conhecido como Estado Novo.

O país encontrava-se, naquele momento, numa fase de transição econômica, política, social e cultural; e se encontrava numa situação histórica favorável a mudanças nos rumos do nacionalismo, nas quais será muito importante a questão lingüística. Como observa Oliven:

O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado se firma. De fato, é ele que toma a si a tarefa de constituir a nação(...). No plano cultural e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina de Moral e Cívica, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudam a criar um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado. (1992:40)

Existe reconhecidamente um caráter de ambigüidade manifesta no período histórico que se inicia na década de 1930. Ao lado de valores conservadores vigentes em várias regiões do país, o Estado Novo colocou o Brasil na modernidade; dessa situação há indicadores no progresso tecnológico, na busca de racionalização da produção, numa maior complexidade do aparelho político-administrativo em função de novos problemas e exigências. Nesse contexto, a Segunda Grande Guerra agiu como um elemento impulsionador que abriu espaço para alguns países do chamado capitalismo tardio.

O período do governo Vargas, de 1930 a 1945, não deixa de ser uma história referencial, pois o governo brasileiro aproveitou essa oportunidade histórica para orientar a economia, cuja força acumulativa passou obviamente ao setor industrial.

É preciso, todavia, entender essa “modernidade” e estar atento ao fato de que as estruturas de poder podem alterar-se rapidamente: chegam novas personagens, são abertos novos caminhos para a ascensão social, criam-se novas sustentações do mando. Porém, “tais alterações espetaculares são, em grande parte, uma circulação de elites. As estruturas da sociedade mudam muito mais lentamente sobre todos os hábitos, os costumes, e os modos tradicionais estabelecidos” Bell (1994:21). Este universo cultural de valores e atitudes constitui-se no campo de ação privilegiado da escola. Somente deste modo é possível compreender que, no período do Estado Novo, que passou à história como um dos símbolos de modernidade para o país, cultive-se uma escola tão tradicionalista e conservadora, em termos de política lingüística. A referência diz respeito à política de nacionalização implementada pelo Estado Novo, destinada aos imigrantes estrangeiros que vieram para o Brasil, como ainda veremos.

A queda do Estado Novo ocorreu em 1945 e, coincidindo com o fim da Segunda Guerra Mundial, marcou uma transição política: o fim da ditadura e o início do processo da redemocratização do país. O Brasil adota então a constituição democrática de 1946.



Posteriormente, haverá um período de governo autoritário militar, que se estende de 1964 a 1985. Essas fases históricas podem ser consideradas pouco expressivas, em termos de ações governamentais sobre questões étnicas e lingüísticas. Em 1946, então sendo recente o fim da Guerra Mundial, os próprios organismos internacionais estavam em busca de novos rumos. Na educação, a UNESCO<sup>10</sup> tem articulado a promoção da diversidade cultural que, segundo sua perspectiva, constitui um instrumento essencial que permite ao indivíduo se emancipar e ao cidadão se adaptar e participar da vida, dos meios e das coletividades nas quais ele opera.

A partir de 1964, o próprio regime militar brasileiro não se preocupava com questões étnicas e lingüísticas. Em termos, de representação nacional, o Brasil continuava, oficialmente, a ser sensibilizado pelas “três raças”, o que nos lembra Gilberto Freyre. Sob o aspecto idiomático, o português continuava a ser a única língua oficial. Uma mudança significativa ocorrerá no ano de 1988 quando foi promulgada a constituição brasileira, de cunho democrático e ainda vigente.

Pode-se dizer que a situação dos afro-descendentes no Brasil não sofreu alterações diretas mais marcantes, a partir de advento da constituição de 1988. Mas houve uma alteração no modo de ser brasileiro que afetou esse grupo e as populações indígenas também. Ao nível de representação, o modelo de um Brasil formado por “três raças” foi fragilizando-se. Atualmente, percebe-se claramente, na realidade brasileira, como os mais

---

<sup>10</sup> UNESCO - "A organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas é uma entidade especializada, criada em 1946, que tem o seu quartel general em Paris. O preâmbulo à sua constituição declarou que a Grande e Terrível guerra, que terminou há um ano da sua criação, foi possível devido a uma negação dos princípios democráticos de dignidade, igualdade e respeito mútuos dos homens e à prorrogação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças. Nesse espírito, a Conferência Geral da Organização (com representantes de 50 Estados-Membros), em 1950, instruiu o diretor geral a estudar e coletar dados científicos relacionados às questões raciais, para difundir amplamente as informações coletadas e preparar uma campanha Educacional baseada nas mesmas". A UNESCO promoveu pesquisas pioneiras sobre a diversidade cultural no momento da globalização, em todos os países do mundo.  
Cashmore, 2000 *Apud* Liz, Renilda Aparecida Costa, 2001:35

diversos grupos étnicos expressam suas características (japoneses, poloneses, italianos, sírio-libaneses etc.) e necessidades e lutam por suas raízes étnicas, inclusive lingüísticas.

Todavia, a constituição de 1988 com a redemocratização do país que ela expressa, propiciou decisivas alterações no viver brasileiro dos afro-descendentes. São muito importantes de se registrar os movimentos sociais que lutam pela questão negra. Há também outras questões, como as dos remanescentes dos quilombos. A aplicação da nova constituição de 1988, no seu art.68, reconheceu os remanescentes dos quilombos e assegurou aos seus descendentes, que ocupam as terras dos seus antepassados, a propriedade definitiva das mesmas.

## ÍNDIOS E A POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO

### *O FALAR INDÍGENA*

A questão indígena está, atualmente, no centro de muitos debates e reflexões de antropólogos, sociólogos, historiadores, lingüistas, filósofos etc. Muitas pesquisas se ocuparam com a busca de uma estatística aproximada sobre o número de índios que viviam nas terras brasileiras antes da chegada dos missionários e exploradores europeus. As informações aproximativas apontam que havia, ocupando o território brasileiro, entre quatro e cinco milhões indígenas. Atualmente, a população indígena, com 350.000 pessoas, representa menos de 1% da população do país.

Existem cerca de 216 tribos brasileiras, 12 delas com menos de 38 indivíduos. Os índios conservam o estatuto de "indígena", mantido de acordo com a lógica antropológica como forma de conservar as suas tradicionais construções étnicas. Preservando-se a cultura, preserva-se também o idioma. A diversidade lingüística voltou a ser hoje uma preocupação da maioria dos lingüistas, historiadores, sociólogos e pesquisadores em biotecnologia. O conhecimento das plantas medicinais destes depende, em larga medida, do conhecimento das comunidades indígenas, especialmente de suas línguas que comunicam o conhecimento. Como mostram as afirmações de John Manuel Monteiro:

(...) se os números que emprestam dramaticidade e contundência aos argumentos, sua aparente objetividade esconde, muitas vezes, pressupostos falsos, preconceitos velados e vontades políticas. A verdade é que praticamente desconhecemos as características demográficas, tanto históricas quanto atuais, do Brasil. Trata-se de um desafio para antropólogos, historiadores e entidades indigenistas que, mesmo pouco familiarizados com as técnicas ou com os problemas da demografia aplicada, muito poderão contribuir para o conhecimento dos povos indígenas e, por extensão, do próprio país. (1995:226)

No Brasil a percepção cultural, reforçada pelos ensinamentos contidos nos livros didáticos é de que a história do país começou com a chegada das naus portuguesas, no ano de 1500. O que antes ocorreu estaria situado no âmbito da pré-história, cercado de um

clima um tanto vago, e, neste sentido considerado, irrelevante para o posterior desenvolvimento brasileiro. Como uma forma de perceber essas relações, o período histórico da conquista europeia costuma ser designado como “descoberta”. Já nos países da América Espanhola essa fase histórica tem sido referida como de “conquista”. Sobre os povos indígenas, habitantes do continente sul americano, sabe-se atualmente que descendem de populações que se instalaram na região há milhares de anos, ocupando praticamente todo o continente.

O Brasil ainda se ressentia de maiores informações sobre suas populações indígenas. Todavia, não se pode negar que há um esforço brasileiro, no decorrer das últimas décadas, para criar conhecimento e preencher lacunas na historiografia nacional sobre a questão indígena. Entre os antropólogos, esse interesse tem sido maior, tanto para preencher lacunas de conhecimento quanto para realizar um debate crítico sobre a maneira como a questão indígena foi abordada, a partir do passado colonial que se encerrou no ano de 1822.

Dentro dos limites teóricos da época, cercados pelos desafios políticos que eram vividos, havia várias formas de se imaginar o futuro das populações indígenas brasileiras, mas sempre caracterizadas pelo pessimismo e até pelo entendimento de que essas populações estariam fadadas ao desaparecimento. Como pano de fundo, as concepções raciais estão vigentes.

Nas últimas décadas, contrapondo-se a essas idéias, pode-se dizer que esse quadro está sendo revertido, pois uma nova voz se levantou e pela primeira vez paira um certo otimismo no horizonte do índio brasileiro, mas com essa afirmativa não se quer dizer que a questão indígena não apresenta problemas. Nesse novo rumo, que apenas começa, muito importante foram as posições dos antropólogos e das populações interessadas:

A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios que, através de novas formas de expressão política - tais como as organizações indígenas -, reivindicam e reconquistam direitos históricos. O novo indigenismo, por seu turno,

encontrou, desde a primeira hora, fortes aliados no meio antropológico, que passaram a pautar suas pesquisas não apenas a partir de interesses acadêmicos mas também pela necessidade de fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos índios. Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e de conquista. (Monteiro, 1995:223)

Pela sua importância, registre-se também que está ocorrendo, no Brasil, a criação de muitas organizações indígenas, que apresentam um novo perfil político menos identificado como Estado e mais identificado com a sociedade civil, em âmbito nacional e mesmo internacional. Trata-se de uma mudança, expressiva pois, desde os primórdios da colonização portuguesa, a questão tinha ficado sempre atrelada ao Estado. Situações dessa ordem vão influir na nova forma como as populações indígenas figuram na Constituição Brasileira de 1988.

Os diversos estudos têm mostrado que há, no Brasil, cerca de 180 línguas indígenas, geralmente são línguas de famílias arawak e tupi-guarani. Nenhuma destas línguas é falada por mais de 30.000 locutores. A maioria é falada por menos de 200 indivíduos. Assim em 1976, um só falante do grupo catuquina usava ainda a sua língua materna. As cerca de 180 línguas faladas pelos índios são classificadas como línguas de territórios específicos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos (1996)<sup>11</sup>. Todas são simples instrumentos de comunicação entre seus falantes, pois não são "reconhecidas" oficialmente ou nacionalmente. São apenas "reconhecidas" por aqueles que defendem as causas indígenas, entre esses, os pesquisadores, antropólogos e lingüistas.

### *A DESTRUIÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS*

A política de destruição sistemática das línguas indígenas não é um fenômeno recente, aconteceu desde o período colonial. Já em 1727 uma lei portuguesa interditava o

uso do Tupi-guarani, a “língua geral”, que servia de língua veicular entre missionários, exploradores portugueses e índios. O estado do Espírito Santo declarava penas de prisão àqueles que usavam outra língua que não o português. Uma lei do estado de São Paulo (1850) proibiu o uso das línguas indígenas nos campos mais próximos das aldeias indígenas. Essas políticas apresentavam variações nas diversas regiões e espaços geográficos.

Para um adequado entendimento do caso brasileiro, como colônia portuguesa, é necessário lembrar que foi muito forte o papel civilizador, europeizador, desempenhado pela Igreja Católica. Presença religiosa antiga na história do Brasil, acompanhando já os primeiros navegadores portugueses que chegaram no ano de 1500. Pouco depois, no ano de 1549, junto ao primeiro governador Tomé de Sousa, veio também a primeira missão jesuítica destinada a atividades em terras do Brasil. Assim que chegaram e durante mais de dois séculos, os jesuítas, onde estavam, abriam escolas de “ler e escrever” para a população de origem lusa. Os indígenas eram concentrados em aldeamentos onde, à sombra da igreja e da escola, trabalhavam, o que facilitava o domínio do colonizador.

A língua mais falada, numa grande extensão da costa marítima brasileira banhada pelo Oceano do Atlântico, era o tupinambá também conhecido como tupi - a língua dos primeiros contatos entre brancos e índios. O tupinambá faz parte da família lingüística do tupi - guarani, sendo o tronco tupi o maior e o mais conhecido das línguas indígenas brasileiras.

Após os tempos iniciais da vida social entre colonizadores e populações indígenas, essa língua:

se tornara mais vulgar nas vilas e cidades nascentes do que o português. O português não era, de fato, mais vulgarmente falado do que o tupi, em que, desde os primeiros anos da metrópole, se adestravam os jesuítas para maior facilidade de sua missão, e que chegou a vulgarizar-se de tal modo entre os colonos que no Maranhão e no Pará [regiões ao norte do Brasil] se empregava no púlpito exclusivamente o idioma índio. (Azevedo, 1996:319-320)

---

<sup>11</sup> UNESCO.Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos: resumo. Trad. Liliana M. Gallo. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística . p.21. Documento digitado.

O idioma tupi teve tal importância na vida nacional que chegou a ser denominado “língua brasílica”. Contudo, o idioma oficial era, o português, bem ao estilo da tradição colonizadora.

No entanto, a falta de controle da metrópole sobre a situação lingüística, paralelamente ao poder religioso da Igreja Católica, estimularam a expansão da língua tupi. No ano de 1575 já havia orações católicas registradas nesse idioma. Muitos jesuítas que se haviam tornado bilíngües em português e no falar indígena, escreveram catecismos católicos e até elaboraram uma descrição gramatical da língua. Dito com certa simplicidade, pode-se afirmar que o idioma indígena se expandia à sombra do poder religioso. Eram manifestações típicas da época quando, em Portugal, havia união entre as instituições políticas e as religiosas.

Uma decisiva alteração no campo político vai ocorrer quando Portugal busca a secularização de suas instituições de governo. Essa era uma questão não somente lusitana, mas européia e estava muito ligada ao processo colonizador. Entendia-se que a colonização exigia um Estado forte, diante do qual a Igreja ficasse em situação subalterna, apenas prestando serviços ao Estado, o que não estava acontecendo. Com o Alvará de 3 de setembro de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios coloniais, destituídos de seus bens que foram confiscados e perderam o chamado “poder de administração sobre os índios”. Os rústicos estabelecimentos de ensino que tinham como clientela escolar os pequenos indígenas, foram fechados, o que veio a afetar a língua geral.

Essa política de laicização já vinha sendo preparada há algum tempo e, nesse sentido, cabe uma referência especial ao Diretório dos Índios. Trata-se de uma legislação colonial que vigorou no Brasil, no período compreendido entre 1757 e 1798. Envolve uma verdadeira política cultural adotada por Portugal nos tempos de D. José I e do Marquês de Pombal. Como política cultural, as questões lingüísticas ocuparão um espaço relevante.

Esses dispositivos legais expressam a posição então vigente nos países europeus e em particular em Portugal. Visavam, inicialmente orientar o comportamento colonizador em relação às populações indígenas de áreas de fronteiras no extremo norte brasileiro; a situação envolvia então Portugal e Espanha, como países metropolitanos.

Posteriormente, o Diretório dos Índios foi recomendado como o único guia de comportamento colonizador destinado às relações com os indígenas brasileiros. Esteve vigente até maio de 1798.

A expressão Diretório dos Índios refere-se a um dispositivo legal que abrange vários tópicos: a civilização dos índios, a distribuição de terras para o cultivo, a produção agrícola e a comercialização, relações de trabalho dos índios com os moradores da região, edificação de vilas, casamentos, presença de brancos entre as populações indígenas etc. O Diretório do Índios vai ocupar-se, enfim, com a orientação dos indígenas pelos caminhos da civilidade; nessa trajetória, como condição necessária, estava o conhecimento que lhe deveria ser dado sobre o idioma português. Segundo Rita Heloisa de Almeida,

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles a *Língua do Príncipe*, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. (Diretório *Apud* Almeida, 1997:172-173).

Deste modo, o Diretório dos Índios estabeleceu o idioma português como a língua do Príncipe, tornando obrigatório o seu uso. Visando sua aprendizagem previu a criação de escolas públicas para as crianças indígenas (plano governamental jamais concretizado). A difusão do idioma português, nesse contexto, era uma tomada de uma posição relacionada com o poder, como bem expressa a citação acima. Mas em termos operacionais, objetivava combater o uso da “língua geral” que era empregada pelos jesuítas no trato com as populações indígenas. O que era essa “língua geral?” A língua geral tinha suas raízes na língua tupi, que era a predominante entre os índios que haviam aderido ao cristianismo.



Assim, para facilitar a comunicação e a transmissão dos ensinamentos doutrinários – religiosos - os jesuítas consideraram como língua franca a língua tupi (certamente mesclada com contribuições de outras famílias lingüísticas indígenas e do próprio idioma dos missionários). O Diretório dos Índios, como laicização do Estado Português, vai atacar de forma contundente a língua franca, herança jesuítica. O que deve ser valorizado é o idioma do Príncipe, e não a “língua geral” considerada como “invenção verdadeiramente abominável e diabólica” (Diretório *Apud* Almeida, 1997:173). Esse período histórico da vida brasileira ilustra, de uma forma muito clara, as relações entre **idioma** e **poder** e como, por vezes, os falantes pouco podem fazer na situação e ficam ao sabor do jogo de forças.

Após o término de vigência de Diretório dos Índios, em 1798, ainda no âmbito da política metropolitana portuguesa, foi voltando a imperar a visão religiosa nas relações governamentais mantidas com os índios brasileiros. Esse estilo de relações manteve-se quando ocorreu a independência política do Brasil em relação a Portugal e foi criado o Império do Brasil (1822-1889).

A presença indígena também foi importante na literatura brasileira. Liderando uma corrente nativista, autores manifestaram sua paixão pelo índio, desenvolvendo narrativas românticas. Este é o caso de José de Alencar (1829-1877) que escreveu o romance *O Guarani*. E também de Gonçalves Dias (1823-1864) que criou poemas épicos, romanescos como os *Timbiras* e a *Canção do Tamoio*. Neste contexto, surgiu o movimento literário indigenista que foi muito importante na época.

No Brasil, a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, tem sido considerada um acontecimento decisivo na seqüência. O poeta modernista Oswald de Andrade em seu *Manifesto Antropofágico* (1928) chamou a atenção para a cultura indígena e criticou a imitação de estilos europeus na arte brasileira.

Posteriormente, já no final do século XIX e começo do século XX, com os intelectuais começando a pensar sobre o Brasil como nação, os assuntos referentes aos índios passam a ser interpretados como “problema indígena”. No dizer de Darcy Ribeiro, na obra *Os índios e a civilização*,

O problema indígena não pode ser compreendido fora dos quadros da sociedade brasileira, mesmo porque só existe onde e quando índio e não-índio entram em contato. É, pois um problema de interação entre etnias tribais e a sociedade nacional. (Ribeiro, 1970:193 *apud* Oliveira, 1995).

A República brasileira foi proclamada em 1889 e, nessa ocasião, a corrente filosófico-política do positivismo pregava uma doutrina de fraternidade que passou a ser dirigida aos silvícolas brasileiros. Logo a política indigenista do país passa a ser implementada por um órgão governamental, o Serviço de Proteção a Índio (SPI), fundado no ano de 1910. Nesse novo contexto, criticam-se as violentas práticas de extermínio e assimilação cultural acelerada a que muitas vezes estiveram submetidas essas populações. Os grandes líderes dessas ações inovadoras foram, inicialmente, o engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon e posteriormente Darcy Ribeiro.

A política de assimilação cultural forçada teve um forte momento de expressão durante o governo de Getúlio Vargas. Este, no decorrer do Estado Novo, implantou uma política cultural de “abrasileiramento” da sociedade que ficou conhecida como “política de nacionalização”, iniciada no ano de 1938.

Segundo o historiador Seth (2000), o governo varguista via no indígena um valor simbólico como nativo; mas desejava de fato assimilar o índio, assim como o negro, à sociedade nacional. Assim, elaborou planos de integração do índio à sociedade brasileira. No 1939, Paulo Vasconcelos, Diretor do SPI, argumentou que a integração dos dois grupos populacionais seria um fato positivo e que traria uma contribuição de sangue para a construção do tecido social brasileiro:

“É claro que os índios como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam `quistos raciais' dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu” (Seth, 2000:18)

Em plena Segunda Guerra Mundial, no ano de 1940, Vargas efetuou uma visita histórica à aldeia dos índios Karajás na Ilha do Bananal, no Brasil central. Os jornais do país daquela época consagraram Getúlio Vargas pelo fato de ter sido o primeiro presidente brasileiro a visitar uma aldeia indígena. Seu governo também valorizou as populações indígenas como caminhos para garantir a “formação étnica” no Brasil, e também para reforçar a segurança nacional nas regiões de fronteira, onde esses grupos viviam internados na selva.

Dizem os relatos que Vargas sentiu, na visita histórica aos índios, uma extrema compaixão pelos nativos, o que o levou a decretar o Dia do Índio (19 de Abril de 1934) que é comemorado até hoje. Seth afirma que os índios começaram a ganhar mais importância no governo Vargas que, por sua vez, os atarefou com a responsabilidade de tornar o interior brasileiro produtivo para evitar as tramas imperialistas.

(...), como parte de seu projeto multifacetado de construção de um Brasil novo - mais independente economicamente, mais integrado politicamente e socialmente mais unificado, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos aborígenes. Diferentemente de "plantas exóticas" do liberalismo econômico e do Marxismo, os quais o regime autoritário nacionalista procurou extirpar o solo brasileiro mediante repressão política, censura e intervenção federal em assuntos regionais, os índios seriam defendidos por Vargas por conterem as verdadeiras raízes da brasilidade. (Seth, 2000:14)

O governo Vargas atribuiu grande valor simbólico aos índios, como integrantes da nação brasileira. Juntamente com as populações de origem lusa e africana, esses grupos sociais eram reconhecidos como os mais legítimos representantes da “brasilidade”. Contudo, a seguinte declaração do diretor do SPI mostra claramente os objetivos da política indigenista do Estado Novo: “não queremos que o índio certamente permaneça

índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível" (Seth, 2000 :18).

O governo brasileiro, todavia, encontrou fortes resistências ao seu projeto de integração nacional, em algumas tribos indígenas; no fato incluía-se a resistência lingüística. Assim, o grupo dos índios Xavantes, no ano de 1942, organizou uma marcha para a região do Oeste protestando contra a violação do seu espaço geográfico; já os Xavantes eram considerados os grupos tribais mais "brutais", mais "ferozes" e já se autodenominavam "A'uwe", o que significa em seu dialeto Gé, "as pessoas, Gente".

A preocupação do governo Vargas em relação ao índio também o levou a incorporar atitudes de defesa da cultura indígena e pelas políticas indigenistas, algumas de origem internacional. Cite-se, em 1940, o encontro de Pátzcuaro, num fórum internacional patrocinado pelo governo mexicano, que promoveu o Dia do índio. Foi um espaço criado para articular e pensar sobre a situação do índio e o desenvolvimento de uma política que favorecesse a compreensão da cultura dos povos indígenas e criasse políticas de integração social. Seth enfatizou que "se o México liderou o movimento indigenista de expansão continental, sobretudo com a organização do Instituto Indigenista Interamericano, este movimento encontrou adeptos no Brasil" (2000:19).

### *CONTRIBUIÇÕES IDIOMÁTICAS*

A língua geral, dos tempos de colonização, exerceu uma forte influência na formação do idioma português no Brasil, o que pode ser percebida através de palavras como pereba (ferida, em tupi), pipoca (pele estourada), catinga (mau cheiro) etc.

Essa língua geral tinha seu principal apoio lingüístico no idioma Nheengatu (tupi antigo). Por isso, as línguas indígenas que eram minoritárias, em relação ao tupinambá, não foram objeto de maior atenção por parte dos exploradores europeus: "naquela época do

Brasil colônia, isto é, no século XVI, a distribuição das línguas indígenas nas áreas de penetração européia, não favoreceu de fato o conhecimento da diversidade lingüística" (Rodrigues, 1993:21).

O processo de constituição da língua portuguesa no Brasil passou, como vimos, por contatos diretos com a imensa variedade de línguas indígenas espalhadas em toda dimensão geográfica brasileira. E, mais tarde, juntaram-se as línguas de origem africana ou falares africanos dos afro-descendentes distribuídos pelas várias províncias do país. E não há como deixar de registrar os falares dos imigrantes, um verdadeiro leque de etnias.

Durante séculos, as línguas em contato serviram, entre outros fins, de base para transformar o perfil lingüístico do Brasil, em transformações que fizeram parte do processo da construção da nacionalidade. Neste contexto, a língua portuguesa adquiriu especificidade local e começou a se definir como variedade brasileira, culminando, em 1922, com a Semana da Arte Moderna que privilegiou as singularidades do falar brasileiro, com ênfase ao tom coloquial da linguagem.

Saliente-se que os índios (ao contrário dos negros, cuja condição de escravos não possibilitou a continuação de suas tradicionais organizações étnicas) mantiveram, graças à sua resistência, ao difícil acesso geográfico das regiões onde viviam, às suas reservas e também à proteção legal, suas formas de vida e muitos de seus traços culturais, entre eles, sua diversidade lingüística.

### *A CONQUISTA DE DIREITOS*

Com a democratização do Brasil na década de 1980 e a declaração Universal de "Educação para todos" do ano de 2001 a democratização do Brasil na década de 1980, a política indigenista abandona as práticas do "integracionismo" e do "assimilacionismo", promovidas desde o tempo colonial e seguidas pelo Estado-Novo. Os índios retomaram

seus direitos à terra, à educação escolar, à sua cultura e idioma, à vida tradicional e à continuidade de grupos étnicos etc.

Nesse contexto de favorecimento da especificidade, a Constituição de 1988, no seu artigo nº 231, capítulo VIII, do Título VIII, reconheceu oficialmente aos índios, o direito a suas línguas: "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (Brasil, 1988:150-151)

O Estado se engaja de maneira imperativa na proteção da cultura indígena, porque os índios participam da evolução cultural nacional (art.215). O artigo 210, § 2º, garantiu que o ensino fundamental fosse ministrado em língua portuguesa e assegurou às comunidades indígenas o uso também de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem, rompendo assim com as políticas ditatoriais do integracionismo.

Outros desdobramentos ocorrerão no âmbito do poder executivo. O decreto presidencial de n.º 26, de 1991, atribui ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a responsabilidade de integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular, coordenando as ações referentes àquelas escolas, em todos os níveis e modalidades de ensino. Este decreto delega a realização dessas ações às secretárias estaduais e municipais, em consonância com as diretrizes traçadas pelo MEC.

Há, de fato, direitos lingüísticos garantidos aos povos indígenas do Brasil. Mas toda a vida oficial é feita com a utilização do idioma português. Nenhuma outra língua é empregada em setores tais como na legislação, na administração, no ensino, na justiça, nos negócios, na mídia etc. Assim, a língua portuguesa permanece ocupando a posição de prestígio.

Um fato importante é pensar a maneira como está sendo desenvolvida a educação escolar indígena brasileira. Como simples ilustração de busca de melhora educacional, no ano de 1991, no Rio Grande do Sul, criou-se a APIKG (Associação dos Professores Indígenas Kaingáng e Guarani) que lutava pela melhoria na formação dos professores indígenas. Essa associação denunciou a gravidade da situação na educação escolar do estado, observando que “a maioria dos professores são brancos”, sem formação pedagógica para ensinar nas escolas indígenas e, por não serem da etnia, têm dificuldades para entender a cultura; há escolas indígenas não devidamente reconhecidas; o currículo e os materiais didáticos são semelhantes aos das demais escolas; apresentam-se elevados os números da evasão e da repetência.<sup>12</sup>

De acordo com a IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística) a APIKG passou a reivindicar as garantias educacionais e a formação qualificada postuladas na Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1989. Para ampliar suas ações reivindicativas, a APIKG buscou parcerias na UNISUL, COMIN (Conselho de Missão entre Índios/IECLB), CIMI (Conselho Indigenista Missionário/CNBB e UNIRNE (Universidade Regional do Noroeste do Estado de Santa Catarina) para, entre outras iniciativas, tornar possível o curso Supletivo de Formação de Professores Indígenas Bilíngües em nível do ensino de 2º Grau-Habilitação Magistério, promovido pela UNIJUI e coordenado pelo conjunto das entidades acima referidas. Este curso teve como finalidade formar professores Kaingáng para o ensino de 1ª a 4ª séries das escolas das áreas indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

No plano internacional, foi aprovada entre dias 6 e 9 de julho de 1996, na cidade de Barcelona (Espanha), a Declaração Universal de Direitos lingüísticos, que reuniu as instituições e as organizações não-governamentais signatárias. O grupo teve, como ponto de partida, a “Declaração Universal de Direitos Humanos” da ONU, do ano de 1948, que

---

<sup>12</sup> Revista do I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, Porto Alegre, 24/09/1996.

no seu segundo artigo estabelece que “todo mundo tem todos os direitos e todas as liberdades” sem distinção de “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, ou outra, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição” (Declaração universal). Com isso, os povos indígenas ganharam apoios de instrumentos internacionais para defesa de seus interesses e de seus direitos.

O primeiro instrumento internacional especificamente destinado a reconhecer os direitos mínimos aos povos indígenas foi a "Convenção sobre a Proteção e Integração das Populações Aborígenes e outras Populações Tribais e Semi-tribais nos Países Independentes".<sup>13</sup> Contendo trinta e sete artigos e conhecida como Convenção nº 107, Convenção foi adotada em 1957 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecendo a proteção das instituições, das pessoas, dos bens e do trabalho dos povos indígenas e reconhecendo o direito à alfabetização em línguas indígenas. Ao ser revista em 1989, este acordo originou a chamada “Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em países Independentes”, também conhecida como Convenção nº 169. Recorde-se que a OIT fora alvo de sérias críticas, nos anos de 1970, por suas políticas integracionistas e assimilacionistas e quando declarou que as decisões relativas ao desenvolvimento dos povos indígenas eram da competência dos governos e não das comunidades indígenas.

No que diz respeito à educação, a convenção n.º 169 prevê a participação dos povos indígenas na formulação e na execução de programas de educação, o direito de criarem suas próprias instituições e meios de educação, de alfabetizarem suas crianças em sua própria língua e na língua oficial do país em que vivem.

No âmbito das comunidades lingüísticas, os direitos lingüísticos compreendem o direito coletivo de manter a identidade e a diversidade etnolingüísticas. Cada grupo deve poder desenvolver suas atividades educativas, controlar o currículo e ensinar nas suas

---

<sup>13</sup> Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998, p.35.



próprias línguas, manter a autonomia para poder administrar assuntos internos a cada comunidade e contar com meios financeiros para realizar suas atividades.

O que implica no direito fundamental de cada indivíduo aprender e desenvolver livremente sua própria língua materna, de receber também a educação pública e dominar a língua oficial, para ser capaz de usá-la em contextos socialmente relevantes; enfim, aprender uma das línguas oficiais de seu país de origem. Mas, de qualquer forma, a língua oficial não deixará de manter o seu prestígio em relação às demais.

Neste mundo das economias globalizadas, a formação de blocos de ordem econômica está na ordem do dia. O MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul) foi criado em 1991, e no momento, é composto por quatro países: Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, tem um impacto lingüístico. O Brasil, único país lusófono da América latina, vê-se na contingência de redefinir uma nova política lingüística, adotando a pluralidade das línguas existentes; situação semelhante a dos países europeus, agora organizados na União Européia.

Joachim Born (1996) da Universidade Técnica de Dresden, Alemanha, aponta que as trocas lingüísticas dentro do MERCOSUL parecem problemáticas, pois ao consultar as constituições da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, não encontramos muito, apenas o Brasil e o Paraguai especificam a questão lingüística: o 5º artigo da constituição paraguaia de 1967 considera que

Los idiomas nacionales de la República so el Español y el guarani. Será de uso oficial el español y mais detalhado no artigo 92: El Estado fomentará la cultura en todas sus manifestaciones. Protegerá la lengua guaraní y promoverá su enseñanza, evolución y perfeccionamiento.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> BORN, Joachim. *Plurilingüismo e Bilingüismo na Europa e na América do Sul*: a União Européia é um modelo para o MERCOSUL? O documento apresentado no I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, 2 a 4 de setembro de 1996 em Porto Alegre.

No Brasil, a Constituição de 1988 (artigos 13, 210, 215 e o artigo 231) se confraterniza com a constituição paraguaia. Assim, em termos político-sociológicos, Brasil e Paraguai mostraram que o MERCOSUL ultrapassa barreiras econômicas, posicionando-se a favor de uma política de interpenetração cultural e de uma irmandade que ultrapasse fronteiras; uma irmandade que se constrói em muito pela aproximação lingüística.

## **AS LÍNGUAS EUROPÉIAS NO BRASIL E A LÓGICA DA NACIONALIZAÇÃO NO PONTO DE VISTA DO ESTADO-NOVO**

As terras brasileiras, como já foi mencionado, foram durante o período colonial habitadas por indígenas, e por populações lusas e africanas e seus descendentes. Nessa composição étnica havia a presença de estrangeiros, mas de uma forma um tanto ocasional. O fato era dificultado pela política colonial portuguesa que tinha uma postura muito restritiva no sentido de permitir a entrada de estrangeiros em seus domínios.

Nesse contexto vai ocorrer uma alteração decisiva, logo após o Brasil tornar-se independente de Portugal. O Imperador D. Pedro I deu os primeiros passos para implementar uma política imigratória nas terras brasileiras surgindo, assim, em 1824, a primeira colônia de imigrantes (alemães) localizada na Região Grande do Sul.

A Região Sul do Brasil, como área político-administrativa, corresponde aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estados foram os que abrigaram grande parte do fluxo de imigrantes europeus de origem italiana e alemã que procuraram o Brasil como nova pátria. Essas imigrações especialmente estão relacionadas com o processo de abolição da escravidão, pois o trabalho dos imigrantes europeus vinha suprir a falta de mão-de-obra escrava que, após um processo progressivo, em 1888 foi considerada completamente liberta.

Uma parte muito interessante da história brasileira diz respeito à fase em que o Brasil acolhia imigrantes para trabalharem nas fazendas de café, especialmente no estado de São Paulo. A rica elite dos fazendeiros de café desfrutava de grande poder político e o café era o produto de exportação mais importante do Brasil. Os imigrantes que procuravam o país, nessa época passaram a ser encaminhados para trabalhar nessas fazendas, tendo sido muito marcante a presença de imigrantes italianos.

Por volta de 1840 já estava evidente, para muitos fazendeiros e para o governo, que a abolição da escravatura viria. Sabia-se também que, sem escravos para trabalhar na produção de café, a economia brasileira cairia em derrocada. Pensou-se, neste momento, em uma substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre. O país necessitava estar preparado para essa substituição de mão-de-obra. O novo regime de trabalho que então se implantou foi chamado de “contratos de parceria” e teve seu auge no correr da década de 1850. Dito de uma forma muito simples, era uma situação de trabalho na qual os imigrantes eram contratados na Europa, a viagem lhes era paga bem como o deslocamento até o local onde iriam trabalhar, sendo que posteriormente deveriam indenizar os fazendeiros de todas essas despesas; os produtos da colheita seriam divididos entre os imigrantes e o proprietário da fazenda.

Nessa situação, o empregador, o dono da fazenda de café, estava em uma situação privilegiada ao se confrontar com estrangeiros recém-chegados, com nenhum (ou pouco) conhecimento do idioma português e que deviam assinar contratos e outros documentos. Não foram poucas as situações que envolveram exploração dos estrangeiros a partir de seu desconhecimento do idioma local. Saliente-se também que os imigrantes ficavam isolados em regiões do interior, cercados por um ambiente cultural adverso e que os fazendeiros e seu grupo de ajudantes na administração das fazendas davam-lhes um tratamento, por vezes, semelhante ao que destinavam aos escravos – não sabiam (ou não queriam) tratá-los como trabalhadores livres.

Nesse contexto, na década de 1850, ocorreram revoltas de imigrantes nessas fazendas e surgiam denúncias internacionais sobre a forma desumana com que estrangeiros eram tratados no Brasil. A partir daí, o modelo dos “contratos de parceria” continuou existindo, mas o governo brasileiro passou a priorizar um sistema de colonização diferente: o da pequena propriedade.

Esse novo modelo, chamado de “regime de pequena propriedade rural”, caracterizava-se pelo fato de os imigrantes passarem a ser proprietários das terras onde deviam trabalhar na agricultura. Era um sistema muito adequado ao Brasil, com as suas imensas áreas de terras devolutas (sem proprietário particular e que pertenciam ao governo) que foram sendo assim ocupadas; o empreendimento logo mostrou êxito. Dentro dessa lógica de povoamento, os imigrantes eram encaminhados pelo governo brasileiro para regiões bem interioranas, onde iniciavam o processo de desmatamento da terra virgem, de construção da primeira moradia, de início de plantações, de combate aos animais selvagens e de, em muitas regiões, lutas com os indígenas que, muitas vezes, tinham nas terras que estavam sendo colonizadas, seu *habitat* de sobrevivência. Esse isolamento dos imigrantes, acrescido da completa ausência de escolas públicas, vai criar condições para a manutenção do idioma étnico do grupo.

A presença desses novos personagens, os imigrantes, em terras brasileiras vai, mais tarde, preocupar em termos culturais o governo e a elite da época; ou seja, preocupar no sentido da assimilação desses imigrantes à realidade brasileira.

Na Região Sul do Brasil, o antropólogo e sociólogo alemão Emílio Willems, nas décadas de 1930 e 1940, realizou estudos de alta relevância que estão sendo recentemente muito respeitados. Em sua obra *A aculturação dos alemães no Brasil* esse autor considerou que: “o processo de assimilação consiste no aparecimento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos.” (Willems, 1946:17).

A assimilação de imigrantes sofre influências de diversos fatores, que passam a estimular ou a dificultar esse processo: isolamento geográfico, distância da sociedade nacional, valores do próprio grupo, dificuldade lingüística etc. Outro fator muito

importante é a política de imigração do país que recebe os imigrantes. Nesse sentido deve ser salientado que:

(...) o Brasil é, em grande parte, um país de imigrantes. Nunca houve, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista, que desse cada nacionalidade aqui importada e aos próprios habitantes primitivos do país as condições de manter e desenvolver sua própria identidade étnica e cultural. (Schwartzman, 1984:72)

A afirmativa acima diz que nunca houve no Brasil uma política de imigração que se ocupasse com a questão cultural, no sentido de favorecer a assimilação dos que chegavam. Dentro da política de “nacionalizar imigrantes”, sabe-se que sempre é dedicado um papel decisivo à escola. Assim, a citação acima tem implícito que não houve, no Brasil, escolas destinadas aos imigrantes. O fato, de um lado, levou-os a organizar seus próprios sistemas de ensino (particular) – as escolas estrangeiras (alemãs, italianas, polonesas etc.), com o ensino, em todo ou em parte, ministrado no idioma étnico. Os primeiros sinais de mudança, que indicassem uma preocupação de ordem cultural do governo e da sociedade brasileira, vão ocorrer no tempo da Primeira Guerra Mundial, sob o influxo do sentimento nativista que então aflora.

Desses tempos, é preciso não esquecer a importância dos Estados Unidos, o maior país de imigrações e entendido na época como um modelo a ser seguido. A política que aí se implanta, entrelaçava o conceito teórico de assimilação com a política governamental, dando origem ao chamado “melting-pot”, uma recusa da noção de plurilingüismo cultural a favor de uma assimilação sistemática à cultura local, considerada a única legítima.

A teoria do “melting-pot”, concebia a cultura americana como que em *statu nascendi*, recebendo de todas as correntes imigratórias elementos que a habilitassem a produzir, depois de eliminadas as “impurezas”, um americanismo legítimo. Segundo Willems, a miscigenação das etnias, raças e de seus elementos culturais, era considerado

como um processo natural que “se consumasse fatalmente sem interferência de quem quer que fosse” (1940:4).

A teoria do “melting-pot” fracassou; o seu colapso deu-se durante a Primeira Guerra Mundial envolvendo situações de tensão social pouco propícias “para uma apreciação *sine ira et studio* do problema. Concluía-se que o simples contato ou mera simbiose de etnias diversas não envolve, de modo algum, o seu caldeamento” (1940:4). Se somente o contato não era suficiente, fazia-se necessário outras formas de convivência social. Objetivou-se, na oportunidade, a correção do conceito de assimilação mediante dados que “a própria realidade apresentava, mas ainda sob a impressão da psicose e que a conflagração mundial produzira entre os povos, deu-se um retorno ao conceito ‘biologista’ de assimilação” (Willems, 1940:4).

No Brasil, como visto na abordagem da “teoria do branqueamento”, havia a crença na superioridade da raça branca, em harmonia com as concepções raciais daquela época. Mas também se valorizava a mestiçagem, numa atitude particular ao Brasil. Nos Estados Unidos, ao contrário ao Brasil, a maioria branca proclamou fidelidade a uma ideologia de “pureza” racial, o que na prática levou-a a condenar a miscigenação (pelo casamento) entre brancos e não-brancos (Skidmore, 1994:113).

Na ordem política, na década de 1930, alterações marcantes vão ocorrer no Brasil. A revolução desse ano conduziu Getúlio Vargas ao poder; logo depois um golpe militar dá início a um governo autoritário, o Estado Novo (1937-1945). Getúlio Vargas continuava governando o país. O Brasil buscava então ampliar a sua unidade nacional. A unidade territorial e política pareciam estar consolidadas, mas ainda era necessário aprofundar a unidade cultural – formar a nação. Como país de imigração, seu território, por volta de 1930, estava povoado por imigrantes de diversas etnias que formavam um verdadeiro leque cultural e de diversidade idiomática.

Nesse contexto, o governo Vargas, sob pressão do sentimento nativista brasileiro e também da situação internacional, vai ocupar-se decididamente com essa questão, tanto para promover a aglutinação cultural em torno dos valores lusitanos, quanto para a implantação de uma forte política lingüística que visava a difusão do idioma português.

O regime de Vargas planejou, pois, ampliar a unificação do país através do valor lingüístico, isto é, da língua portuguesa e tentou "nacionalizar" todos aqueles que, sendo estrangeiros (ou descendentes) habitavam no Brasil. Como afirma Fernando de Azevedo, os pressupostos político-filosóficos no sentido de "unidade nacional" já estavam estabelecidos; fazia-se necessário aprofundá-los, pois,

(...) a seqüência natural dessa marcha para a unidade que é toda a história da revolução de 30 e teve seu ponto culminante no golpe de Estado e na Constituição de 1937: aglomerar, aproximar, assimilar as unidades federadas, num espírito de comunhão nacional brasileira, tal foi a tarefa principal do governo que se instituiu (...); alargar as fronteiras, abolir as distinções locais e fundir, numa nação, os Estados e as comunidades rurais e urbanas.(1996:678)

Na lógica da nacionalização do governo Vargas, visava-se instaurar a hegemonia lingüística em todo o país. A ação oficial foi decisiva, muitas vezes com o uso da força, havendo até prisão para os falantes do "idioma proibido", o étnico. Foi assim que os imigrantes de origem européia se viram proibidos de usar suas línguas de origem. A proibição que abrangia suas escolas "estrangeiras", o que se pode considerar comum em situação de formação da nacionalidade; mas essa proibição entrou no âmbito do privado e invadiu até o ambiente do lar. Seyferth salienta que:

o processo de assimilação forçada começou, formalmente, em 1937, com a proibição do ensino em língua estrangeira e prosseguiu em 1939, com o fechamento de todas as instituições comunitárias que pudessem remeter a sentimentos de pertencimento primordial às nações de origem. Logo depois houve a proibição de uso das línguas maternas em público e o cerceamento geral das liberdades individuais de todos os que não fossem considerados suficientemente brasileiros. (2000:92)

Além do mais, havia problemas entre Brasil e Alemanha referentes à concepção jurídica de nacionalidade. No Brasil vigorava o "direito do solo"- nasceu no Brasil, é brasileiro. Na Alemanha vigora o "direito do sangue" - o descendente de alemão é



considerado alemão em termos de nacionalidade. Tratava-se, enfim, “das competências nacionais relativas aos indivíduos considerados como alemães pela legislação alemã e como brasileiros segundo as leis brasileiras.” (Seitenfus, 1985:178). Em julho de 1936, o governo brasileiro tomou uma iniciativa de entendimentos com o III Reich, visando resolver o assunto, mas não obteve êxito. Infelizmente, não ocorreram outros encaminhamentos diplomáticos nesse sentido. Questões práticas se colocavam: em que país prestar serviço militar? Qual era o idioma materno? Tratava-se de uma situação de conflito de legislação que muito afetava a situação dos imigrantes alemães no Brasil.

Para resolver a questão cultural referente aos imigrantes, especialmente de origem alemã, o governo brasileiro sofria a pressão da opinião pública estimulada pelos meios de comunicação que chamavam os núcleos coloniais de “quistos culturais”. Estranhava-se os costumes, a forma de se alimentar, o jeito de vestir, a religião, mas principalmente o idioma. Havia necessidade, enfim, de uma política lingüística que levasse à difusão do idioma português.

Nessa política, que era ao mesmo tempo nacionalista e lingüística, o governo recebeu decisivo apoio do exército brasileiro. A situação pode ser bem ilustrada com o relato de Seitenfus no sentido de que, no Estado do Rio Grande do Sul, a primeira providência tomada pelo General Daltro Filho, uma das figuras chaves do governo Vargas, foi a de

eliminar imediatamente as escolas primárias que dão aulas livremente em língua alemã. Assim, a partir de Dezembro de 1937, medidas anti-alemãs são tomadas nos estados de Paraná e de Santa Catarina, onde a autoridade militar impõe algumas condições para permitir o funcionamento normal das escolas. (1985:182)

Dizia-se que diante do perigo da guerra que já se sentia eminente na Europa, Vargas estava frente a um dilema: manter as tradicionais relações comerciais e culturais com Alemanha ou afastar-se dessa situação. Igual dilema era vivido por outros países. No caso Argentino, o país tomou uma posição favorável à Alemanha, que o acompanharia durante todo o conflito. A Argentina foi o país que sempre se opôs a qualquer proposta que

significasse um afastamento da Alemanha, em virtude da presença de minoria influente germano-italiana e, também porque

a orientação do comércio exterior argentino – carne lã, trigo - , voltado essencialmente para a Europa; a crença muito difundida na Argentina de que os europeus são parceiros seguros, pois sua política externa não é como a dos Estados Unidos, condicionada pelos prazos eleitorais e por um congresso todo-poderoso; enfim, existe no exército argentino uma profunda admiração pela organização militar da Alemanha. (Seitenfus,1985:236)

O Brasil, ao final da década de 1930, mantinha uma situação diplomática que muitos chamaram de ambígua, em relação a países com a Alemanha e a Itália. Contudo, no ano de 1942 será exigida uma tomada de posição, pois foram afundados navios comerciais brasileiros que navegavam pelo Atlântico, e, no mês de agosto, o Brasil declara-se formalmente em “estado de guerra” contra a Alemanha e a Itália. A tomada de posição significava um apoio formal aos Aliados – uma coligação liderada pelos Estados Unidos, França e Inglaterra. Nesse momento, os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes que moravam no Brasil passaram a ser vistos, em virtude da situação de guerra, sob a perspectiva da segurança nacional.

Antes, porém, dessas posturas internacionais, as preocupações com a situação interna do país já tinham levado o governo, no ano de 1938, a implantar a chamada “política de nacionalização”. As autoridades entenderam que era preciso tomar uma atitude. Pensando na situação interna da nação, o governo procurou neutralizar a influência da Alemanha, principalmente, e de outros países. Assim, promoveu-se uma campanha de nacionalização que impedia uma eventual formação de blocos a favor do pangermanismo. O principal alvo geográfico foi a Região Sul do país. A partir daí, passaram a vigorar medidas de “assimilação forçada” que foram aplicadas a todas as minorias estrangeiras; mas de forma mais rigorosa no caso da etnia alemã. Desejava-se nacionalizar toda a vida social dos estrangeiros, mas o idioma era o alvo principal.

Nessa oportunidade, em termos políticos, Vargas procurava assegurar a integridade territorial brasileira e manter a imagem do país, no âmbito mundial, como de não apoio aos regimes totalitários do pacto ítalo-germânico. Nesse sentido, a diplomacia brasileira foi orientada a divulgar, no exterior, a idéia de que o Brasil não era a “Alemanha” nem a “Itália”, mas era simplesmente o “Brasil brasileiro”- a nacionalização de 1938 era apresentada com o objetivo de estimular os valores do “Brasil brasileiro”, sintetizado na expressão “brasildade”. A história registra que Vargas preocupou-se muito com questões de ordem ideológica e política, ligadas à presença germano-italiana no Sul do país.

Tratava-se de um tenso momento internacional, pois já se pressentia como eminente uma guerra na Europa. Nesta conjuntura ocorreu, no ano de 1938, organizada e liderada pelos Estados Unidos, a conferência de Lima, capital peruana, reunindo todos os países americanos; a reunião buscava a consolidação da coesão continental perante a eclosão de uma possível guerra. Nessa conferência, cinco propostas foram apresentadas pelo Departamento de Estado norte-americano:

- reafirmação do princípio de solidariedade continental, o que significa a adoção da regra da segurança coletiva;
- defesa continental contra as ameaças externas;
- reunião não-protocolar e urgente dos ministros das relações exteriores quando uma situação, continental ou extra-continental, o exigir;
- não-reconhecimento das aquisições territoriais realizadas através de coerção ou força;
- rejeição do conceito de minoria étnica, lingüística ou religiosa (Seitenfus,1985:235).

O termo “minorias”, ou a expressão “grupo minoritário”, é quase sempre usado como sinônimo de grupo étnico, racial, ou mesmo religioso. É definido a partir de características físicas, culturais, ou ambas, dependendo de sua origem. As minorias são subgrupos dentro de uma sociedade que se distinguem do grupo dominante no poder, quase sempre designado como maioria, por diferenças de raça, língua, costumes, nacionalidade, religião etc., em função de um só desses fatores ou pela combinação deles. As minorias se consideram e são consideradas diferentes do grupo dominante e, por essa razão, acabam não participando integralmente da vida social.

A dificuldade em conceituar “minoria” está relacionada com a complexidade da situação empírica e com a variedade de casos que servem de embasamento à definição. Os problemas de conceituação existem, sobretudo, porque minoria é um conceito que surgiu historicamente na Europa para designar grupos de pessoas que vivem num solo que ocuparam desde tempos remotos, mas que por mudanças nas fronteiras se tornaram politicamente subordinados a Estados nacionais diversos. Eis por que “minoria nacional” é a expressão mais comumente empregada para designar grupos minoritários. Em geral, ao termo “minoria” se acrescenta um adjetivo quase sempre correspondente ao tipo de distinção que está em jogo. Existem, então, minorias raciais, étnicas, religiosas etc. Essa tipologia mostra como pode ser confuso o conceito de “minoria” e, principalmente, como reflete as dúvidas relativas às características que conferem a um determinado grupo o *status* de minoritário. Não há consenso teórico entre os autores que trataram do tema, mas algumas características, embora de forma geral, costumam ser consideradas como definidoras de “minoria”: a posição subordinada, o tratamento ou *status* diferencial (imposto consciente ou inconscientemente pelo grupo dominante), a manutenção de limites – inclusivos, exclusivos, ou ambos – que mantém o grupo separado dos demais.

No que diz respeito à conferência de Lima, como vimos, os países das Américas rejeitaram o conceito de minoria étnica, lingüística ou religiosa. Deste modo, as populações de origem estrangeira, os imigrantes, não puderam apelar para a situação de “minoria” e exigir os direitos implicados.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1º de setembro de 1939) gerou um sentimento e de insegurança em todas as Américas. A situação foi percebida pelos Estados Unidos que, tão logo eclodiu o conflito, liderou a Conferência do Panamá (23 de setembro de 1939). Os norte-americanos estavam ansiosos por conhecer os rumos da política interna brasileira, pois sua preocupação com o regime varguista era: “sobre a influência política e

ideológica dos regimes totalitários europeus, mais particularmente, a questão da nacionalização na região sul do Brasil” (Seitenfus, 1985:233).

O objetivo do Departamento de Estado norte-americano era levar o governo Vargas a adotar relações diplomáticas que o afastassem da Alemanha e que significassem uma aproximação dos Estados Unidos. As preocupações dirigiam-se também no sentido de impedir a expansão do pangermanismo no território brasileiro, mais especialmente na Região Sul.

No caso do Brasil, o governo vivia uma fase de poder forte, o chamado Estado Novo. A partir da decisão de Lima, além de deter o poder, as autoridades brasileiras se sentiram legitimadas em suas ações de assimilação; inclusive nas de “assimilação forçada” dirigida aos estrangeiros. Iniciou-se, então, uma fase de perseguições e repressões físicas, lingüísticas e religiosas como mecanismos de ação usados contra os estrangeiros e seus descendentes, rumo à desejada integração cultural.

É preciso lembrar que, nos confrontos político-ideológicos desse tempo, os alemães eram percebidos pela sociedade nacional brasileira como um grupo bastante homogêneo em termos culturais; era mesmo uma visão estereotipada – os imigrantes alemães eram interpretados como nazistas ou pelo menos simpatizantes, e avessos à aprendizagem do idioma português. Coelho de Souza,<sup>15</sup> com muita propriedade, percebeu características internas, diferenciando atitudes dentro do grupo alemão no Sul do Brasil. Observou três grupos distintos entre os imigrantes alemães:

primeiro, um grupo que deseja a incorporação imediata à nacionalidade brasileira. Sua vontade de assimilação é tal que ele já ignora a língua de origem. Um segundo grupo é formado pelos “tradicionalistas”, que representam a maioria da colônia. Mantém vivos a língua, as artes e os hábitos germânicos. São católicos e protestantes em sua totalidade, e as idéias nacionais-socialistas não conseguiram atraí-los(...). Enfim, o terceiro grupo, o mais restrito numericamente, e o mais ativo, mantém contatos estreitos com as autoridades diplomáticas e

---

<sup>15</sup> São denominadas “tradicionalistas” pelo secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, um dos principais responsáveis pela nacionalização do ensino nesse estado a partir de fins de 1937. Cf. Souza, J.Coelho de. *Denúncia*. Porto Alegre: Thurmman, s/d, p. 17-18 e Souza, J.Coelho de. *Caminhada*. Porto Alegre: Sulina, 1969, 447p.

políticas alemãs no Brasil. Esse grupo aderiu às idéias nacionais-socialistas e, segundo Coelho de Souza, está organizado como quinta coluna.(Seitenfus,1985:181).

Conseqüentemente, também variavam as ações do governo brasileiro, dirigidas a esse grupo étnico, que podiam situar-se entre a simples busca da assimilação cultural, na qual o domínio do idioma era considerado fundamental, até o combate a ações políticas consideradas de subversão nacional, geralmente com o objetivo de aniquilar qualquer tentativa de expressão da ideologia nazista no Brasil. Atualmente, à luz de pesquisas recentes, confirma-se que essa última situação existiu e que estava nos desejos de expansão do partido nazista. Mas sabe-se também que, para a maioria da população imigrante pertencente à etnia alemã, as posturas políticas caracterizavam-se mais por uma identificação emocional com a terra mãe, especialmente nos tempos das vitórias germânicas durante a Segunda Guerra Mundial. Um grande problema, fora de dúvidas, era a questão idiomática, os imigrantes dominavam o idioma étnico e desconheciam, ou pouco conheciam do português.

Em relação a todas essas diversidades, o governo decidiu intervir mediante uma política de assimilação. Neste contexto, o projeto educativo das forças armadas foi decisivo nos mecanismos da assimilação forçada dirigida aos estrangeiros. Naquele período ditatorial não havia reações ou resistências persistentes, pois qualquer tipo de manifesto contrário era considerado como uma antinacionalização.

Nessa época o Brasil, olhando para si mesmo, viu que seus maiores contingentes populacionais de imigrantes provinham de países com os quais estava em guerra, Alemanha, Itália e Japão. Daí vincular-se a educação às questões de segurança nacional, o que confirma a idéia de que, no Estado-Novo, a educação deveria constituir-se em um projeto estratégico de mobilização controlada.

Na história brasileira, nos tempos do mito racial, as populações de origem ariana foram mesmo consideradas essenciais à “teoria do branqueamento” e havia admiração pelo

europeu de origem alemã. Já nos tempos da Segunda Guerra, a presença dessas populações era vista com medo, insegurança e geravam preocupações nas autoridades nacionalistas do governo Vargas, como mostra a seguinte passagem:

De todos os estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e mesmo a maior preocupação nas autoridades governamentais. Reconhecido como núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães freqüentemente acusados de impedirem o processo de nacionalização pela constância com que mantinham suas características étnicas (Schwartzman, 2000:92).

A cultura nacional de raízes lusas se sentia ameaçada pela cultura estrangeira, de imigrantes alemães ou italianos. Considerava-se necessária a sua dominação, para poder fortalecer o Estado, dentro do espírito de “estado nacional”.

As necessidades sociais e políticas do momento levaram o governo brasileiro a reformular o sistema do ensino primário, nas escolas públicas destinadas a filhos de estrangeiros, e a estabelecer forte controle sobre as escolas particulares de zonas de nacionalização. Essas estratégias faziam parte da política de nacionalização do ensino, do “conquistar cidadãos para a pátria”:

O espírito dessas crianças brasileiras [filhos de estrangeiros], formado em língua, nos costumes, nas tradições dos pais, só poderia tender para a pátria de origem, constituindo um empecilho à coesão nacional. Mesmo na raça latina e assimilável como é a italiana, nota-se uma grande tendência para conservar a língua e os costumes, quando formando regulares aglomerações; nas colônias alemãs, então, a propensão conservadora é ainda muito maior, agravada pela diferença da língua e dos costumes. Em certas regiões do país a necessidade da escola nacional é bastante grande; abri-la é conquistar milhares de cidadãos para a pátria (Schwartzman, 2000:91).

Na literatura oral, expressão da memória coletiva, os imigrantes atualmente ainda revelam ressentimento ao relembrar desse seu passado. As repressões, perseguições e acusações arbitrárias foram fatos de imposição ao absolutismo silencioso. Segundo Foucault, o aparelho repressivo funciona como uma imposição do silêncio:

A repressão funciona, de certo como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, para saber (1988:10).

A repressão lingüística foi bastante forte. Com o início da Segunda Guerra (principalmente após 1941), as atividades nazistas e fascistas foram amplamente denunciadas e as medidas nacionalizadoras atingiram seu clímax com a proibição do uso da língua alemã e de outros idiomas, a supressão de todas as publicações em língua estrangeira, a intervenção nas sociedades criativas e culturais. Ocorreram prisões, muitas bibliotecas particulares foram destruídas, bem como arquivos das associações, coletâneas de jornais etc; residências foram invadidas em busca de material de propaganda política, com os conseqüentes excessos por parte da polícia e do exército encarregados de efetivar estas medidas. A situação se tornou ainda mais grave quando o Brasil declarou guerra ao Eixo.

Desde algum tempo, a questão lingüística era objeto de uma atenção especial do governo brasileiro. No ano de 1940, foi realizado um recenseamento demográfico nacional. Segundo os dados relativos ao estado de Santa Catarina que foram analisados pelo assessor-técnico do Conselho Nacional de Estatística, Giorgio Mortara,<sup>16</sup> na década de 1940, Santa Catarina era a unidade da federação com maior percentagem de não-falantes do português, 25,08%, seguido pelo Rio Grande do Sul com 22,52 %, o que implica uma média de 23,8 %; a média nacional era de 3,94%.

Como se observa, a evolução bastante considerável dos não-falantes de português parecia não se conformar, em larga medida, à visão da elite brasileira daquela época. O Sul voltou a ser indiciado como sendo uma região "ameaçadora à brasilidade", o que de fato motivou a inclusão de questões lingüísticas no recenseamento de 1940.

---

<sup>16</sup> Mortara, Giorgio. Línguas estrangeiras e Aborígenes faladas no lar, no estado de Santa Catarina. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v.3, n. 11, p.673-704, 1950. Este autor teve, como colaboradores, Guido Mortara, Heloisa Vital, Pedro de Salles Georges, José Távora, Leandro dos Santos e Rêmulo Coelho.V.(IBGE, 1950).



Os estudos anteriores mostraram que, ainda em 1940, um quarto da população de Santa Catarina falava no lar línguas estrangeiras, apesar de já estar muito reduzido o fluxo das correntes imigratórias, na maior parte afluídas para esse estado em épocas distantes.

Os imigrantes, ao contrário dos negros, embora também tenham sido vítimas da lógica de nacionalização do regime ditatorial dos anos 30, conseguiram manter suas tradições, culturas, religiões e línguas de origem. Conseguiram terras para habitar e produzir. Hoje e segundo diversos dados de pesquisas, existem 30 línguas estrangeiras no Brasil, mas simplesmente permanecem sob tratamento isolado no sentido de serem tratadas, nos currículos escolares, como língua estrangeira moderna.

A maior parte dos imigrantes alemães que se instalaram no Sul do Brasil, nos primeiros tempos, não tinham poder aquisitivo; eram em sua maioria bastante pobres. Mas vinham de uma cultura na qual a questão educativa era muito valorizada 1) pelas autoridades alemãs que já tinham implantado o ensino obrigatório, 2) pela religião protestante para a qual era fundamental o ato de “saber ler” para assim poder conhecer o conteúdo da Bíblia.

Chegando ao Brasil como imigrantes, passaram a viver no isolamento das zonas de colonização. Para dar continuidade aos seus valores sociolingüísticos e dar mais visibilidade às suas colônias, os imigrantes alemães construíram suas próprias escolas. As primeiras escolas comunitárias coincidiram com a própria fundação das colônias. Mais tarde, o ensino particular consolidou-se associado às igrejas, às aulas ministradas em língua alemã.

De acordo com Seyferth, objetivou-se a criação da escola alemã para

atender às necessidades de ensino elementar de uma população estrangeira, mas aos poucos tomou uma feição étnica, assumida na configuração da etnicidade como instrumento da germanidade e perpetuadora da língua e cultura alemãs. Nessa perspectiva, objetivava educar os filhos dos imigrantes como cidadãos brasileiros pertencentes à etnia (ou nação) alemã dando lhes uma consciência étnica. (1999:292)

Porém, esse princípio de preservação da germanidade foi aniquilado pela lógica da nacionalização que se desenvolveu durante os tempos do Estado Novo, pelos seguidores do modelo lingüístico-cultura colonial. Com isso, o Brasil deixou de ser comparado ao modelo belga, suíço e canadense, pises que receberam os mesmos grupos europeus, mas permitiam que fossem mantidas as diversidades etnolingüísticas existentes em suas terras de origem.

Para Hall “cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é uma estrutura criada pelo poder cultural” (1999:59). As políticas de unificação de uma nação sempre se deram por processos longos de conquistas violentas e com a supressão forçada das diferenças culturais. Bhabha, por sua vez, salienta que: "a interioridade e imediatez da voz como consciência em si, vital ao discurso logocêntrico, é perturbada e dispersada pela imposição de uma língua estrangeira que diferencia o cavalheiro do nativo, a cultura da civilização" (1992: 181). A diversidade cultural é um simples motor da história, pois a força de uma nação está ligada ao grau de diversidade cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que este estudo, na perspectiva da política sociolinguística, pode ser considerado como uma contribuição oportuna. Saliente-se que se trata de um campo de conhecimento novo, onde os estudos teórico-empíricos ainda são raros. É evidente que uma situação dessa ordem, com certo caráter de desbravamento, acarreta dificuldades especiais nas análises da temática em virtude da carência de modelos teóricos, bibliografia insipiente e especialmente dispersa. Esse último aspecto é muito interessante do ponto de vista interdisciplinar, pois a política sociolinguística busca apoio em obras de diversos campos do conhecimento como Política, Sociologia, Psicologia, Educação, História, Antropologia. Mas também gera dificuldades pela extensão da bibliografia que precisa ser conhecida.

Do ponto de vista pessoal, quero agora dizer o que significou para mim, vindo de um país africano, o Senegal, conhecer e viver no Brasil onde cheguei no ano de 1995. Hoje, olhando para essa trajetória, percebo que, desde logo, fiquei apaixonado pela terra, sua imensidão, sua potencialidade, e especialmente sua diversidade étnico-cultural. Essa visão, que muitos poderão chamar de otimista, terá por certo sido influenciada pelas minhas vivências na África, um continente igualmente grande e diversificado, mas com problemas imensos, devido às conseqüências do processo colonial e do tráfico negreiro que precisam ser resolvidas com urgência. Nesse sentido, bastante distante do Brasil ainda. Com o tempo, fui constando que esse meu modo de interpretar a realidade brasileira destoava das posições algo mais pessimistas que, na maioria das vezes, eu encontrava na imprensa, na mídia, no decorrer dos seminários acadêmicos etc.

Até que, praticamente ao final desta minha Dissertação, tomei conhecimento do estudo *Brasil dois mil: um exercício de profecia* e de uma voz com a qual me identifiquei no “otimismo étnico”, a do antropólogo Roberto DaMatta. Este, ao tratar da consolidação

política do país, relembra que o Estado-nacional capitalista é fruto do individualismo, do mercado, da industrialização e da técnica. Expressão do chamado “mundo civilizado” ou “adiantado”, que considerava importante a idéia de pureza e de compartimentalização. Para essa mentalidade, o maior sintoma de atraso era a convivência, num mesmo sistema, de dois ou mais códigos culturais que liam o mundo de um modo diferenciado. Considerava-se básico que o Estado-nacional tivesse um só chefe e uma só cara, funcionando como um indivíduo dotado de um conjunto de traços similares. Tais concepções marcaram a trágica história do século XX exprimindo-se em totalitarismo de esquerda e de direita, em duas sangrentas guerras mundiais e em odiosos holocaustos, cuja ideologia tinha como objetivo a purificação racial. O Brasil não se harmonizava com esse contexto:

Como, portanto, lidar com o Brasil num momento em que o prestigioso e modelar Ocidente pregava a pureza e a compartimentalização étnica? Como individualizar esse Brasil constituído de escravos e senhores? Como conciliar o ideal burguês de igualdade com um universo social marcado pela mais profunda desigualdade? Como orquestrar a massa de negros e mestiços analfabetos com uma elite cosmopolita e sofisticada - estrangeiros dentro do Brasil -, cujo modelo era uma família imperial branca [Casa de Bragança], que falava com sotaque [lusitano] e estava acima das leis? (DaMatta, 2000:25)

A experiência histórica brasileira contemplava a heterogeneidade e unia paradoxalmente a América à Europa e à África; mas o modelo civilizatório então em voga não consagrava o hibridismo. Como diz DaMatta,

(...) como contemplar o ideal de vir-a-ser como o colonizador “branco” se o Brasil era profundamente “mestiço”? Se ele não gerenciava suas diferenças pela lógica do conflito que dizia “sim” ou não”, mas era uma sociedade governada pela ambigüidade, pela complementaridade e pela gradação que contempla o contexto e o “mais ou menos”? Como conciliar o nosso ideal hierárquico dado no princípio do “desiguais, mas juntos” com a proposta burguesa do “iguais, mas separados”? (2000:26)

No mundo globalizado dos tempos atuais, os valores étnicos serão muito importantes.

Será o mundo simultaneamente homogêneo e heterogêneo. Um universo, portanto, muito mais brasileiro do que poderiam imaginar os nossos teóricos. Nele, certamente, vamos encontrar dimensões universais e também uma multidão de intermediários e mestiços: “mulatos culturais” que viverão entre nações e etnias, explicando as diferenças, intermediando disputas, criando sociedades híbridas e sistemas a meio caminho. Será certamente muito mais um mundo de “mulatos” do que de “puros”, um sistema que só poderá operar com a presença dos que têm

simpatia pela diferença, pelo hibridismo e pela multidão de “outros” com que todos irão conviver. (DaMatta, 2000:28)

É esse modelo, que tem como muito importante a comunicação lingüística, que levo internalizado comigo. E que desejo debater e difundir na África, especialmente nos cinco países lusófonos (Angola, Moçambique, São Tomé Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde). Inicialmente, sob a forma de publicação da Dissertação. Depois, conforme os caminhos se abrirem, em uma atuação na Universidade Cheick Anta Diop de Dacar (UCAD), no Senegal – Departamento de Letras e Ciências Humanas. Situações dessa ordem são muito relevantes em África, pois para além do aspecto étnico-cultural, a questão sociolingüística é um campo que está necessitando do aporte de estudos que digam respeito a diferentes realidades.

A temática “idioma” é atualmente importante não só em termos de países e universidades. A ordem internacional já se ocupa com a questão, como a Organização Internacional da Francofonia (OIF), a Organização Internacional da Anglofonia (COMMOWEALTH) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), esta um forte traço de união entre Brasil e África.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *Directorio dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UnB, 1996.

BHABHA, K. Homi. "A questão do 'outro': diferença, discriminação e o discurso do colonialismo". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ROCCO, 1992.

BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. Tese de doutorado (Departamento de Ciências Sociais). 1986. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BELL, Daniel. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. 2ª ed. México: Alianza Editorial, 1994.

BOURDIEU, Pierre. "Entretien avec William Labov". Le changement linguistique. Actes de la recherche en Sciences Sociales. Paris: Payot, 1983.

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil – 1988*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, p. 150 – 151.

CALVET, Louis-Jean. *Trois espaces linguistiques face aux défis de la mondialisation: identité et plurilinguisme*. Paris: Payot, 2001.

CARDOSO, Albérico. Para uma crítica da razão lusófona. *Revista África Hoje*, Porto, ano XVII, nº-150, p. 90-92, 2001.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil Contemporâneo. *Tempo Social*, São Paulo, v.13, n.1, p.143-158, maio/2001. (Revista de Sociologia da USP).

FERGUSON, Charles, "Diglossia", in world 15, 1959, pp. 247-265.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. 2ª ed. revista. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Edição Graal, 1988.

FRANCESCHINI, Lucelene. *Attitudes et comportements linguistiques: le cas des descendants des immigrés italiens e allemands au Sud du Brésil*. Tese de DEA (Departamento de sociolingüística). 1996. Université Rene Descartes- Paris V.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós- modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Philadelphia, 1972.
- MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *O elogio da dominação: relendo Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º- e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p.221-236.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”. *Ciência hoje*, São Paulo, v.16, n.95, p.20-26, nov. 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- SETH, Garfield. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas”. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v.20, n.39, p.15-42, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”. In: BORIS, Fausto (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Trad. Susan Semler et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1946.

WILLEMS, Emilio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.



## OBRAS CONSULTADAS

A NOTÍCIA. "A Igreja cria pastoral de indigenismo urbano". Manaus, 8 de junho de 1979.

A NOTÍCIA, "FUNAI quer terra do INCRA para nova casa do índio". Manaus, 16 de agosto de 1979.

A NOTÍCIA, "Índios resgatam identidade e direitos". FOLHA MUNDO, 29 de julho de 2001.

A NOTÍCIA, "Primeiro líder do Peru de origem indígena pede suspensão da compra de armas e investimento em saúde". FOLHA MUNDO, 30 de julho de 2001.

A NOTÍCIA, "FUNAI quer recuperar tupi antigo na Paraíba". FOLHA MUNDO, 30 de julho de 2001.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS HUMANAS ARCIPRESTE PAIVA. *Declaração universal dos direitos humanos*. Florianópolis: s.n., s.d.

LES NOUVELLES, *Le projet de loi sur l'emploi de la langue française*. Le Monde, 4 de Maio de 1994.

ALLARDT, Erik. *Challenges for comparative social research*. In *acta sociologica-jornal of the Scandinavian Sociological Association*, vol.33 (1990), 3:179-272.

ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Org.). *O mundo que o português criou: Brasil - século XVI*. Recife: CNPQ: FJN, 1998.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2ª ed. Trad. Michel Lahud e outros. São Paulo: Hucitec, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVET, Louis-Jean. *Les Voix de la ville: introduction à la sociolinguistique urbaine*. Paris: Payot et Rivages, 1994.

CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues*. Paris: Payot, 1987.

CALVET, Louis-Jean. *Linguistique et colonialisme*. Paris: Payot, 1974.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (Org.). *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades*

*migrantes e minorias*. OEIRAS, Portugal: Celta Editora, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul): o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHACON, Vamireh. Gilberto Freyre; *uma bibliografia intelectual*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

COHEN, Marcel, *Instructions d'enquête linguistique, Institut d'Ethnologie*, 1928. 2ª ed. Paris: editora, 1950.

DAMATTA, Roberto. "Brasil dois mil: um exercício de profecia". Em: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História oral: desafios pra o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 23-28.

EDWARDS, John. *Langage, society and identity*, 1947- British Library 1947.

FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (Org.). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FISHMAN, J.A. Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without biligualism. *Jornal of Social Issues*, local, v.23, n.2, p.29-38, 1967.

GUIBERNEAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HAUGEN, Einar. *Linguistics and language planning, in William Bright, sociolinguistics*. Mouton: La Haya, 1966.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. 2ª ed. revista e aumentada. São Paulo: HUCITEC, 1988.

IANNI, Octavio. *Revolução e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria de reterritorialização. *Textos de História*. Brasília, v.2, n.4, p.8-10, 1994.

MÜLLER, Telmo (org.) *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. *Oficialização de línguas indígenas em nível municipal no Brasil: algumas considerações político-lingüísticas e jurídicas preliminares*. Disponível <[hpt//www.ipol.org.Br](http://www.ipol.org.Br)> acesso em 28 de agosto de 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide/ Fernanda Arêas Peixoto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de M. “Inumeráveis cabeças: tradições afro-brasileiras e horizontes da contemporaneidade”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: Secretaria do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

RAMOS, Jair de Souza. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20”. In:

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCCB, 1996.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: a fundação dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1970.

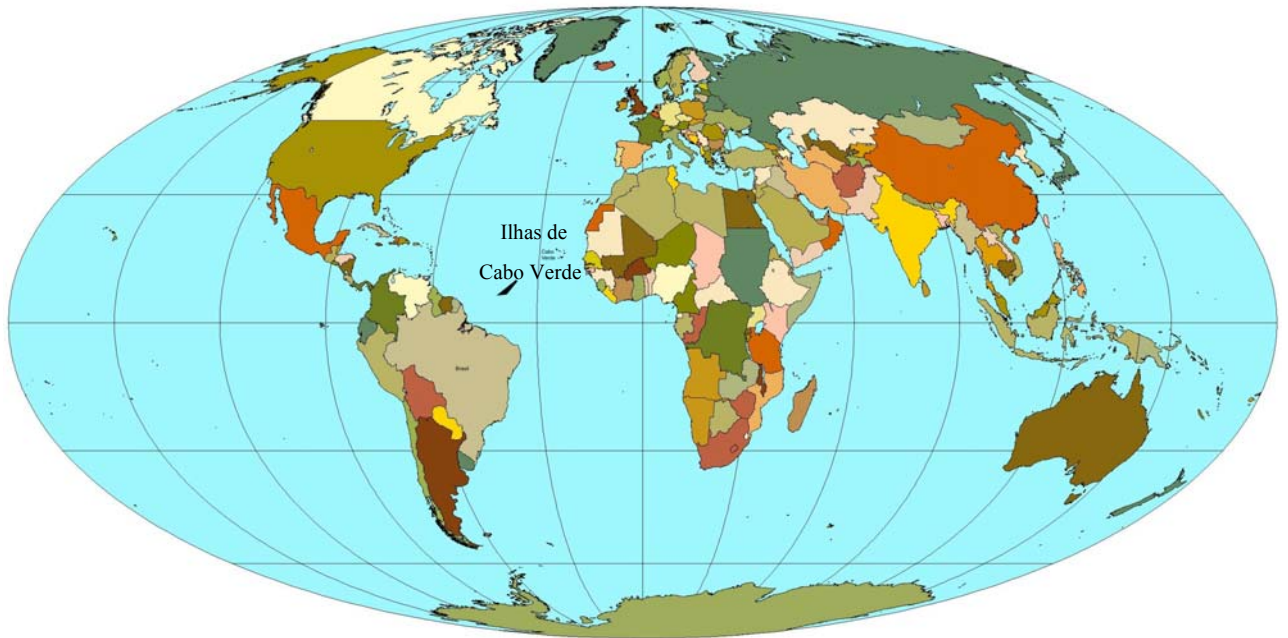
TABOURET, Andrée Keller. *Des villes sans langues: un aperçu des grandes courants de réflexion sur l'homme urbain au début de ce siècle in des langues, actes du colloque de Dacar*. Paris: Lidier Erudition, 1992.

THIAM, Ndiassé. *Les catégories nominales du uolof: aspects sémantiques*. Dacar, CLAD, 1987.

VARENNE, Fernand. *Parler ou ne pas parler: les droits des personnes appartenant à des minorités linguistiques*. Australie, 1997.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.

## ANEXO



**Mapa ilustrativo do Tratado de Tordesilhas de 1494.**